



Rumo S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações do resultado	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Demonstrações do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Rumo S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rumo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo possui registrado o montante de R\$ 1.869.877 mil de tributos diferidos sobre o lucro, concentrado nas subsidiárias Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central, nos montantes de R\$ 1.515.942 mil e R\$ 340.238 mil, respectivamente, nas demonstrações financeiras consolidadas.

Parte relevante dos saldos das subsidiárias Rumo Malha Paulista e Rumo Malha Central, nos montantes de R\$ 1.499.795 mil e R\$ 149.870 mil, referem-se a ativo diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, fato que limita a utilização a 30% do lucro tributário apurado no exercício, exigindo a geração de lucro tributário futuro contra o qual este ativo diferido possa ser aproveitado num horizonte de longo prazo, conforme divulgado na nota explicativa nº 5.14.c.

Adicionalmente, julgamento significativo é exercido pela Administração para analisar a expectativa de existência de provável lucro tributável futuro, considerando previsões de longo prazo e existência de eventos fora do controle do Grupo, como fatores climáticos que influenciam na produção agrícola e crises geopolíticas globais que podem causar impacto em exportações de produtos agrícolas, ambos com efeito direto sobre a projeção de volume e, conseqüentemente, na receita considerada no modelo de recuperabilidade dos tributos diferidos.

Devido aos aspectos acima mencionados, à magnitude dos valores envolvidos, à complexidade na mensuração e ao fato de que em premissas econômicas como inflação, juros e volume transportado e eventuais modificações futuras em legislações possam causar alteração significativa na recuperabilidade dos tributos diferidos ativos,

consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos riscos relevantes relacionados com as premissas utilizadas no modelo de avaliação para fundamentar a recuperabilidade;
- Inclusão de especialistas tributários para mensuração do ativo;
- Recálculo matemático do modelo e revisão das premissas relevantes;
- Comparação entre o preço médio dos serviços utilizado no modelo preparado para fundamentar a recuperabilidade dos tributos ativos diferidos no exercício anterior e o preço médio dos serviços atualmente praticado;
- Revisão das premissas significativas utilizadas no modelo para projeção de lucros tributários futuros;
- Análise sobre a suficiência das divulgações realizadas.
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas e cálculos preparados pela Administração e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Capitalização de gastos incorridos na formação de ativos de infraestrutura

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.12.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo possui obras em andamento registradas pelo montante de R\$ 3.670.897 mil, em 31 de dezembro de 2023, nas demonstrações financeiras consolidadas.

A classificação de gastos incorridos entre investimentos em bens de capital (Capital Expenditure – Capex) e despesas operacionais (Operational Expenditure – Opex) envolve a necessidade de configurações em sistemas de tecnologia da informação, comunicação e avaliação entre áreas com diferentes especialidades no Grupo para alinhamento de conceitos sobre natureza de gastos com substituição e reforma de partes e peças necessários para colocar o ativo nas condições operacionais pretendidas, critérios para alocação de mão de obra diretamente atribuíveis com a construção do ativo, bem como, de processos e controles apropriadamente desenhados e continuamente operados por parte da Administração, objetivando mitigar a possibilidade de erro relacionado com alocação de gastos entre obras em andamento no ativo imobilizado e despesas reconhecidas no resultado do exercício.

Devido aos aspectos mencionados e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo.

- Reunião com a Administração para entendimento e validação de conceitos com base no CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- Reunião com representantes da área de projetos objetivando entender orçamento, alocação dos gastos e avanço físico de determinados projetos;
- Pesquisa sobre notícias relacionadas com determinados projetos que se encontram como obras em andamento;
- Entendimento sobre determinados sistemas de TI envolvidos no processo associados com gastos de obras em andamento;
- Teste documental de adições ao ativo imobilizado em obras em andamento;
- Obtenção de evidência sobre avanço físico de determinadas obras;
- Entendimento dos controles existentes para alocação dos gastos entre Capex e Opex;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas e alocação dos gastos na formação dos ativos, com base nos testes por amostragem e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 5.15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo possui provisão para contingência registrada em 31 de dezembro de 2023 pelo montante de R\$ 767.468 mil nas demonstrações financeiras consolidadas.

O montante de perdas possíveis, julgadas pela Administração e seus assessores jurídicos como

menos provável de que uma conclusão desfavorável para o Grupo aconteça, divulgado na referida nota explicativa, é de R\$ 9.239.974 mil, em 31 de dezembro de 2023, apurado para as informações financeiras consolidadas.

Devido a magnitude dos valores envolvidos nas contingências possíveis, ao alto número de processos envolvidos e a complexidade dos julgamentos realizados pela Administração da Companhia no processo de mensuração das contingências, consideramos este assunto como significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros o abaixo.

- Reuniões com o setor jurídico do Grupo;
- Entendimento dos processos internos para identificação de situações em que o Grupo seja parte citada em esferas administrativas ou judiciais, objetivando garantir que a informação utilizada pela Companhia está completa;
- Entendimento dos controles internos relacionados com o gerenciamento dos processos;
- Envolvimento de especialistas tributários na avaliação de discussões tributárias;
- Leitura de opiniões legais emitidas por assessores jurídicos externos, contratados pela Administração;
- Mensuração de provisão para contingência com base no recebimento de respostas dos assessores jurídicos externos contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo;
- Análise de razoabilidade de premissas utilizadas, por amostragem, na mensuração de processos com expectativa de perda possível ou remota;
- Análise das principais inclusões e reversões, de processos na composição dos saldos de provisão para contingências, verificando a razoabilidade de premissas utilizadas;
- Análise de pagamento de contingências e entendimento sobre a expectativa anteriormente definida para a conclusão do processo em períodos anteriores;
- Recálculo de atualização monetária;
- Revisão das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas pela Administração para mensuração das provisões para contingências e divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 15 de fevereiro de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC/NBCTG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Ricardo Vieira Rocha
Contador CRC 1 BA 026357/O-2 - S - SP

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	3.114.042	2.169.335	7.233.993	7.385.421
Títulos e valores mobiliários	5.3	228.496	88.934	1.396.107	840.061
Contas a receber de clientes	5.4	41.958	52.644	538.457	561.641
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	-	-	26.252	17.545
Estoques	5.10	1.502	1.606	215.605	225.813
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	120.761	125.978	58.597	49.995
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		13.330	-	156.640	195.436
Outros tributos a recuperar	5.9	30.254	21.230	356.698	363.416
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		260.653	921	-	1.057
Outros ativos		35.651	13.570	269.481	114.510
Ativo circulante		3.846.647	2.474.218	10.251.830	9.754.895
Contas a receber de clientes	5.4	-	-	17.840	16.682
Caixa restrito	5.3	78	79	109.671	92.770
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		147.449	152.857	342.117	309.237
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	-	-	1.869.877	1.869.764
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	3.326	1.003.326	36.929	96.658
Outros tributos a recuperar	5.9	-	-	838.072	741.367
Depósitos judiciais	5.15	65.234	61.124	271.666	237.167
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	912.643	384.224	1.535.241	857.298
Outros ativos		10.647	1.755	60.043	38.660
Investimentos em controladas e coligadas	5.11	20.649.761	18.721.831	360.867	381.469
Propriedades para investimentos	5.12.1	-	174.422	-	-
Imobilizado	5.12.2	506.390	153.295	19.176.386	17.049.188
Intangíveis	5.12.3	235.697	270.748	6.664.143	6.774.306
Direito de uso	5.12.4	40.987	48.103	7.703.754	7.732.284
Ativo não circulante		22.572.212	20.971.764	38.986.606	36.196.850
Total do ativo		26.418.859	23.445.982	49.238.436	45.951.745

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	110.723	99.769	1.356.905	1.357.026
Passivos de arrendamento	5.6	11.812	11.597	509.421	483.397
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	327.250	391.938	821.700	1.020.726
Fornecedores	5.7	119.653	64.155	887.745	746.430
Ordenados e salários a pagar		12.574	4.490	318.550	296.833
Imposto de renda e contribuição social correntes		4.285	146	23.446	6.710
Outros tributos a pagar	5.13	24.390	16.645	77.989	50.080
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		176.258	127.569	180.337	132.044
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	-	-	250.971	256.759
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	146.099	62.184	269.997	297.791
Receitas diferidas		-	2.802	2.564	5.400
Outros passivos financeiros	5.1	8.584	76	342.276	787.884
Outras contas a pagar		194.291	70.699	435.636	249.341
Passivo circulante		1.135.919	852.070	5.477.537	5.690.421
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	6.917.100	4.893.120	17.607.936	15.401.062
Passivos de arrendamento	5.6	33.307	38.067	2.897.422	2.770.613
Fornecedores	5.7	-	-	197.186	-
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	-	-	650.095	392.219
Outros tributos a pagar	5.13	-	-	21	169
Provisão para demandas judiciais	5.15	105.029	93.605	767.468	724.622
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados	5.16	-	-	3.314.402	3.094.651
Provisão para passivo a descoberto	5.11	2.373.532	2.204.666	-	-
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	4.733	37.344	-	-
Outros passivos financeiros	5.1	-	-	-	29.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.14	168.975	113.247	2.393.393	2.368.137
Receitas diferidas		-	10.507	19.129	32.200
Outras contas a pagar		8.912	12.187	42.792	37.216
Passivo não circulante		9.611.588	7.402.743	27.889.844	24.850.874
Total do passivo		10.747.507	8.254.813	33.367.381	30.541.295
Patrimônio líquido	5.17				
Capital social		12.560.952	12.547.842	12.560.952	12.547.842
Ações em tesouraria		(118.577)	(30.186)	(118.577)	(30.186)
Reservas		3.191.989	2.637.536	3.191.989	2.637.536
Ajustes de avaliação patrimonial		36.988	35.977	36.988	35.977
		15.671.352	15.191.169	15.671.352	15.191.169
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		15.671.352	15.191.169	15.671.352	15.191.169
Acionistas não controladores	5.11	-	-	199.703	219.281
Total do patrimônio líquido		15.671.352	15.191.169	15.871.055	15.410.450
Total do passivo e patrimônio líquido		26.418.859	23.445.982	49.238.436	45.951.745

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	6.1	1.013.446	984.597	10.937.716	9.841.508
Custos dos serviços prestados	6.2	(812.124)	(803.005)	(6.838.432)	(6.695.148)
Lucro bruto		201.322	181.592	4.099.284	3.146.360
Despesas comerciais	6.2	(837)	416	(40.657)	(30.619)
Despesas gerais e administrativas	6.2	(42.393)	(23.266)	(559.973)	(468.574)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	3.735	549.623	(100.780)	348.543
Despesas operacionais		(39.495)	526.773	(701.410)	(150.650)
Resultado antes da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		161.827	708.365	3.397.874	2.995.710
Equivalência patrimonial	5.11	1.017.684	437.953	76.600	40.462
Resultado de equivalência patrimonial		1.017.684	437.953	76.600	40.462
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		1.179.511	1.146.318	3.474.474	3.036.172
Despesas financeiras		(916.406)	(731.235)	(3.621.093)	(2.906.092)
Receitas financeiras		341.237	294.805	1.190.685	1.108.620
Variação cambial, líquida		2.972	10.033	368.259	374.859
Derivativos e valor justo		161.920	(86.757)	(493.233)	(906.422)
Resultado financeiro líquido	6.4	(410.277)	(513.154)	(2.555.382)	(2.329.035)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		769.234	633.164	919.092	707.137
Imposto de renda e contribuição social	5.14				
Corrente		6.160	(71.328)	(173.669)	(411.436)
Diferido		(55.728)	(46.896)	(23.506)	218.320
		(49.568)	(118.224)	(197.175)	(193.116)
Resultado do exercício		719.666	514.940	721.917	514.021
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		719.666	514.940	719.666	514.940
Acionistas não controladores		-	-	2.251	(919)
Resultado por ação:	6.6				
Básico				R\$0,38853	R\$0,27800
Diluído				R\$0,38753	R\$0,27724

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados do exercício
(Em milhares de Reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	719.666	514.940	721.917	514.021
Itens que não serão subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ganhos atuariais com plano de pensão	216	863	216	862
Tributos sobre (ganhos) atuariais	(9)	(36)	(9)	(36)
	207	827	207	826
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	445	-	445
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	804	1.689	804	1.689
	804	2.134	804	2.134
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	1.011	2.961	1.011	2.960
Resultado abrangente total	720.677	517.901	722.928	516.981
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	720.677	517.901	720.677	517.901
Acionistas não controladores	-	-	2.251	(920)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Companhia						Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados			
Saldo em 01 de janeiro de 2023	12.547.842	(30.186)	208.702	2.428.834	35.977	-	15.191.169	219.281	15.410.450
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	719.666	719.666	2.251	721.917
Outros resultados abrangentes:									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	804	-	804	-	804
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	207	-	207	-	207
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	1.011	719.666	720.677	2.251	722.928
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	37.827	-	-	-	37.827	770	38.597
Exercício de opção de ações	-	14.892	(26.128)	-	-	-	(11.236)	-	(11.236)
Constituição de reservas de lucro	-	-	-	512.763	-	(512.763)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	35.983	-	(35.983)	-	-	-
Redução do capital social	-	-	-	-	-	-	-	(12.250)	(12.250)
Ações próprias adquiridas	-	(103.283)	-	-	-	-	(103.283)	-	(103.283)
Dividendos	-	-	-	-	-	(170.920)	(170.920)	(3.231)	(174.151)
Total das transações com e para acionistas	-	(88.391)	11.699	548.746	-	(719.666)	(247.612)	(14.711)	(262.323)
Transações com os acionistas									
Adição de minoritário em função de incorporação de investimento cindido de controlada (nota 4.4)	13.110	-	-	-	-	-	13.110	(13.110)	-
Reorganização societária	-	-	(5.992)	-	-	-	(5.992)	5.992	-
Total das transações com os acionistas	13.110	-	(5.992)	-	-	-	7.118	(7.118)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.560.952	(118.577)	214.409	2.977.580	36.988	-	15.671.352	199.703	15.871.055

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas da Companhia						Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados			
Saldo em 01 de janeiro de 2022	12.547.842	(15.995)	194.366	2.036.192	33.016	-	14.795.421	223.142	15.018.563
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	514.940	514.940	(919)	514.021
Outros resultados abrangentes:									
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	1.689	-	1.689	-	1.689
Ganhos atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	827	-	827	(1)	826
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	445	-	445	-	445
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	2.961	514.940	517.901	(920)	516.981
Contribuição e distribuições para os acionistas									
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	35.852	-	-	-	35.852	596	36.448
Exercício de opção de ações	-	10.893	(18.566)	-	-	-	(7.673)	-	(7.673)
Constituição de reservas de lucro	-	-	-	366.895	-	(366.895)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	25.747	-	(25.747)	-	-	-
Efeito de distribuição de dividendos para não controladores	-	-	(111)	-	-	-	(111)	111	-
Ações próprias adquiridas	-	(25.084)	-	-	-	-	(25.084)	-	(25.084)
Dividendos	-	-	-	-	-	(122.298)	(122.298)	(4.070)	(126.368)
Total das transações com e para acionistas	-	(14.191)	17.175	392.642	-	(514.940)	(119.314)	(3.363)	(122.677)
Transações com os acionistas									
Aporte (redução) de não controlador em controlada	-	-	-	-	-	-	-	(2.204)	(2.204)
Aquisição de participação societária em controlada por não controlador	-	-	(2.839)	-	-	-	(2.839)	2.626	(213)
Total das transações com os acionistas	-	-	(2.839)	-	-	-	(2.839)	422	(2.417)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.547.842	(30.186)	208.702	2.428.834	35.977	-	15.191.169	219.281	15.410.450

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais – R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	769.234	633.164	919.092	707.137
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	6.2	107.164	105.089	2.175.834
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	5.11	(1.017.684)	(437.953)	(76.600)
Provisão para participações nos resultados e bônus		8.067	(4.463)	188.375
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	6.3	(6.051)	990	18.729
Provisão de demandas judiciais	6.3	17.993	21.387	158.433
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		837	(416)	(273)
Transações com pagamento baseado em ações		24.004	26.141	27.360
Resultado na venda de investimento	6.3	-	(955.584)	-
Créditos fiscais extemporâneos	6.3	(26)	910	(33.384)
Provisão de <i>take or pay</i>		21.529	-	98.226
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos		640.649	612.523	3.293.873
Outros		(13.871)	341.414	(8.453)
		551.845	343.202	6.761.212
				5.493.585
Variação em:				
Contas a receber de clientes		8.834	(35.726)	(31.379)
Partes relacionadas, líquidas		52.708	(11.360)	9.219
Outros tributos, líquidos		12.637	(119.728)	(128.468)
Estoques		104	(30)	1.618
Ordenados e salários a pagar		621	(478)	(177.311)
Fornecedores		24.648	(3.623)	153.733
Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados a pagar		-	-	(227.493)
Provisão para demandas judiciais		(26.106)	(52.546)	(295.053)
Outros passivos financeiros		5.265	(8)	(502.654)
Outros ativos e passivos, líquidos		43.579	(25.181)	(112.428)
		122.290	(248.680)	(1.310.216)
				(662.592)
Caixa líquido gerado nas atividades de operacionais		674.135	94.522	5.450.996
				4.830.993
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aumento (redução) de capital em controlada e coligadas	5.11	(3.590.515)	(82.620)	51.740
Caixa e equivalente de caixa recebido por incorporação	5.11	2.650.000	-	-
Títulos e valores mobiliários		(61.692)	35.556	(292.019)
Caixa restrito		1	9	(19.981)
Dividendos recebidos de controladas e associadas		34.766	1.046.869	44.414
Adições ao imobilizado e intangível		(279.853)	(9.922)	(3.689.877)
Recebimento de juros de mútuos concedidos		1.072.020	134.138	-
Caixa líquido na alienação de investimentos		-	1.394.669	-
Caixa recebido de venda de outros ativos permanentes		-	-	-
				1.208.463
				1.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento		(175.273)	2.518.699	(3.905.723)
				(886.313)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	1.459.791	-	2.770.736
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(73.201)	(588.695)	(1.323.716)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(271.370)	(267.656)	(1.211.808)
Amortização de principal de arrendamento mercantil	5.6	(5.239)	(2.383)	(397.533)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	5.6	(7.435)	(3.905)	(169.342)
Aquisição de participação de não controlador		-	(151)	-
Redução de capital, líquido de custos de emissão de ações		-	-	(12.250)
Custos de liquidação de empréstimos e financiamentos		-	-	-
Compra de ações em tesouraria		(103.283)	(25.084)	(103.283)
Pagamento instrumentos financeiros derivativos		(431.187)	(342.930)	(1.126.536)
Recebimento instrumentos financeiros derivativos		-	30.849	2.250
Dividendos pagos		(122.231)	(35.733)	(124.992)
				(39.321)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		445.845	(1.235.688)	(1.696.474)
				(5.983.722)
Impacto da variação cambial nos saldos de caixa e equivalente de caixa				
		-	-	(227)
				(23.730)
(Decréscimo) Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa				
		944.707	1.377.533	(151.428)
				(2.062.772)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.169.335	791.802	7.385.421
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		3.114.042	2.169.335	7.233.993
				7.385.421
Informação suplementar:				
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	87.292	9.676
				137.433

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (Em milhares de Reais – R\$)

- **Transações que não envolveram caixa (Consolidado)**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$ 368.221 (R\$ 443.126 em 31 de dezembro de 2022), relativo a reajustes contratuais e a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento mercantil (Nota 5.12.4).
- (ii) Aquisição de ativos imobilizados com pagamento a prazo no montante de R\$ 612.305 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 185.229 em 31 de dezembro de 2022).
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou aumento de capital em controladas no total de R\$ 164.367 (Nota 5.11) por meio de transferência de imobilizado. R\$ 47.906 no exercício anterior, dos quais R\$ 42.820 foram realizados via caixa e R\$ 5.086 por meio de investimento em imobilizado.

- **Apresentação de juros e dividendos**

A Companhia classifica os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa das atividades de investimento, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de financiamento, pois são considerados os custos de obtenção de recursos financeiros para aplicação em ativos imobilizados e intangíveis.

Demonstrações do valor adicionado
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas				
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	1.077.661	1.048.879	11.554.448	10.417.807
Outras receitas operacionais, líquidas	26.638	959.653	112.370	1.022.519
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	(837)	416	25.767	12.164
	1.103.462	2.008.948	11.692.585	11.452.490
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(429.502)	(673.901)	(3.241.915)	(3.467.726)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(145.521)	(420.116)	(786.518)	(1.127.611)
	(575.023)	(1.094.017)	(4.028.433)	(4.595.337)
Valor adicionado bruto	528.439	914.931	7.664.152	6.857.153
Retenções				
Depreciação e amortização	(107.164)	(105.089)	(2.175.834)	(1.966.945)
	(107.164)	(105.089)	(2.175.834)	(1.966.945)
Valor adicionado líquido produzido	421.275	809.842	5.488.318	4.890.208
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial em controladas e associadas	1.017.684	437.953	76.600	40.462
Aluguéis recebidos	2.876	21.479	2.876	479
Receitas financeiras	341.237	294.805	1.190.685	1.108.620
	1.361.797	754.237	1.270.161	1.149.561
Valor adicionado total a distribuir	1.783.072	1.564.079	6.758.479	6.039.769
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	80.068	50.783	1.163.821	1.044.674
Remuneração direta	72.982	41.738	849.386	776.997
Benefícios	5.596	8.635	272.287	235.042
FGTS	1.490	410	42.148	32.635
Impostos, taxas e contribuições	229.560	188.735	1.029.120	900.660
Federais	120.474	185.225	688.820	637.785
Estaduais	560	1.698	190.884	200.373
Municipais	108.526	1.812	149.416	62.502
Remuneração de capitais de terceiros	753.778	809.621	3.843.621	3.580.414
Juros	751.514	807.959	3.746.067	3.437.655
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	2.264	1.662	97.554	142.759
Remuneração de capitais próprios	719.666	514.940	721.917	514.021
Dividendos	170.920	122.298	170.920	122.298
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	2.251	(919)
Resultado do exercício	548.746	392.642	548.746	392.642
	1.783.072	1.564.079	6.758.479	6.039.769

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Informações da Companhia e do Grupo

1.1 Contexto operacional

A Rumo S.A. (“Companhia” ou “Rumo S.A.”), é uma companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código RAIL3, e tem sua sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

A Companhia é prestadora de serviços no setor de logística (transporte ferroviário e multimodal), principalmente destinados à exportação de *commodities*, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujos objetos são relacionados com logística.

A Companhia opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, por meio da controlada Rumo Malha Sul S.A. (“Rumo Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo por meio da Companhia, das controladas Rumo Malha Paulista S.A. (“Rumo Malha Paulista”), Rumo Malha Norte S.A. (“Rumo Malha Norte”), Rumo Malha Oeste S.A. (“Rumo Malha Oeste”) e Rumo Malha Central S.A. (“Rumo Malha Central”) alcançando os estados de Goiás e Tocantins. Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.2 Concessões de operações ferroviárias e terminais portuários

A Companhia opera, por meio de subsidiárias ou coligadas ou controladas em conjunto, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Rumo S.A.	Setembro de 2066	Mato Grosso
Controladas		
Rumo Malha Paulista S.A.	Dezembro de 2058	Estado de São Paulo Sul do Brasil e Estado de São Paulo
Rumo Malha Sul S.A.	Fevereiro de 2027	São Paulo Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Oeste S.A.	Junho de 2026	São Paulo
Rumo Malha Norte S.A.	Maio de 2079	Centro-Oeste Norte, Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Rumo Malha Central S.A.	Julho de 2049	Estado de São Paulo
Coligadas e controladas em conjunto		
Elevações Portuárias S.A.	Março de 2036	Porto de Santos-SP
Terminal XXXIX S.A.	Outubro de 2050	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (AG-FIPS) ⁽ⁱ⁾	Outubro de 2058	Porto de Santos-SP

- (i) A Companhia se associou às demais operadoras ferroviárias que operam em Santos na celebração do Contrato de Cessão (“Contrato de Cessão”) relativo à gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos, visando representar suas controladas Rumo Malha Norte S.A., Rumo Malha Paulista S.A. e Rumo Malha Central S.A. que operam no referido Porto, atividade realizada pela Portofer até 30 de setembro de 2023, que teve seu nome atualizado para Rumo Serviços Logístico Ltda. Em 31 de dezembro de 2023. A assunção das atividades pela AG-FIPS ocorreu em 01 de outubro de 2023, data em que foi encerrado o contrato de arrendamento da Rumo Serviços Logísticos Ltda (Portofer).

As controladas, coligadas e controladas em conjunto acima, estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a ICPC 01(R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos e CPC 27 / IAS 16 – Ativo Imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1.3 Informações sobre o Grupo

a) Subsidiárias:

As demonstrações financeiras Consolidadas da Companhia Incluem:

Controladas	Participação direta e indireta	
	31/12/2023	31/12/2022
Logisport Armazéns Gerais S.A.	51%	51%
Rumo Luxembourg Sarl	100%	100%
Rumo Intermodal S.A.	100%	100%
Rumo Malha Oeste S.A.	100%	100%
Rumo Malha Paulista S.A.	100%	100%
Rumo Malha Sul S.A.	100%	100%
Rumo Malha Norte S.A. ⁽ⁱ⁾	100%	100%
Rumo Malha Central S.A.	100%	100%
Boswells S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	0%	100%
ALL Argentina S.A.	100%	100%
Paranaguá S.A.	100%	100%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	100%	100%
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	100%	100%
Brado Logística e Participações S.A.	77%	77%
Brado Logística S.A.	77%	77%
ALL Mesopotâmica S.A.	71%	71%
Terminal São Simão S.A.	51%	51%
ALL Central S.A.	74%	74%
Servicios de Inversión Logística Integrales S.A.	100%	100%
Rumo Energia	100%	100%
Rumo Holding Malha Norte ⁽ⁱⁱ⁾	100%	-

(i) A Rumo Malha Norte possui participação de não controladores de 0,26% de suas ações.

(ii) Companhia criada em 20 de março de 2023, sem atividade operacional no exercício.

(iii) Companhia encerrada em dezembro de 2023.

b) Coligadas e controladas em conjunto:

A Companhia possui participação de 30% na Rhall Terminais Ltda. (30% em 2022), 20% na Termag S.A. (20% em 2022), 10% na TGG S.A. (10% em 2022), e 20% na Elevações Portuárias S.A. nas quais a Administração entende que existe influência significativa decorrente: (i) dos percentuais de participação detidos; (ii) da participação de representante da Companhia no conselho da coligada; e ou (iii) da relevância dos serviços de logística prestados pela Companhia às coligadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Já os investimentos de 50% no Terminal XXXIX S.A. (50% em 2022), 50% no Terminal Alvorada S.A., bem como a participação na Associação para Gestão da Ferrovia Interna do Porto de Santos (“AG-FIPS”), são geridos por regras de governança que conferem controle compartilhado aos investidores.

c) Controle do Grupo:

Companhia é controlada direta da Cosan S.A. (“Cosan”), que detém 30,33% do seu capital, incluindo ações em tesouraria, A Cosan é listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CSAN). Cosan é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Os IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelos IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.1 – Outros passivos financeiros:** O fluxo de liquidação do saldo de créditos cedidos por fornecedores à agentes financeiros é classificado na Demonstração de fluxos de caixa em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra, por melhor representar o dispêndio de caixa sob a ótica da operação da Companhia.

- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na avaliação do prazo do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 5.11 – Investimentos em coligadas e controladas em conjunto:** Na avaliação da existência de influência sobre a investida e ou controle compartilhado;
- **Nota 5.12.1 – Propriedade para investimento:** Na classificação do arrendamento da propriedade da controladora como arrendadora. Aplicável até 31 de dezembro de 2022.

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.6 – Passivos de arrendamento:** Na estimativa da taxa incremental sobre empréstimos, elaborada usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considerando nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o *rating* de crédito);
- **Notas 5.12.2 e 5.12.3 – Imobilizado e intangível:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.14 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.15 – Provisão para demandas e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 6.5 - Pagamentos com base em ações:** Estimativa de perda de instrumentos durante o período de “*vesting*”;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas subsidiárias, localizadas no Brasil, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem recursos. As principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar americano e o peso argentino.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio apurada na data de apresentação.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

As diferenças de moeda estrangeira são reconhecidas e apresentadas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. No entanto, se a operação no exterior for uma subsidiária não integral, então a proporção relevante da diferença de conversão é alocada para os interesses de não controladores. Quando uma operação no exterior é alienada ou ocorre perda de controle, o valor acumulado na reserva de conversão relacionada àquela operação no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

As taxas de câmbio do Real (R\$) para as moedas funcionais de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são:

Moeda	31/12/2023	31/12/2022
Dólar americano (USD)	4,8413	5,2177
Peso argentino (ARS)	0,006	0,0296

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas de valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base na origem dos dados usados nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Os dados usados se originam em preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- **Nível 2:** Os dados usados incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** São usadas técnicas de avaliação para as quais a informação significativa para mensuração do valor justo de nível mais baixo não esteja disponível (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. **6.5** - Pagamento com base em ações;
- ii. **5.8** - Instrumentos financeiros derivativos.

Os títulos das Sênior Notes cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (“LuxSE”) apresentaram o seguinte comportamento, em percentual do valor nominal de face:

Empréstimo	Empresa	31/12/2023	31/12/2022
Sênior Notes 2028	Rumo Luxembourg	96,41%	95,04%
Sênior Notes 2032	Rumo Luxembourg	85,65%	80,36%

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
			Nível 2	Nível 2
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7.233.993	7.385.421	7.233.993	7.385.421
Títulos e valores mobiliários	1.396.107	840.061	1.396.107	840.061
Contas a receber de clientes	556.297	578.323	556.297	578.323
Instrumentos financeiros derivativos	1.561.493	874.843	1.561.493	874.843
Recebíveis de partes relacionadas	95.526	146.653	95.526	146.653
Caixa restrito	109.671	92.770	109.671	92.770
Total	10.953.087	9.918.071	10.953.087	9.918.071
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(18.964.841)	(16.758.088)	(18.987.550)	(16.633.229)
Passivos de arrendamento	(3.406.843)	(3.254.010)	(3.406.843)	(3.254.010)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.471.795)	(1.412.945)	(1.471.795)	(1.412.945)
Fornecedores	(1.084.931)	(746.430)	(1.084.931)	(746.430)
Dividendos a pagar	(180.337)	(132.044)	(180.337)	(132.044)
Arrendamentos e concessão parcelados	(1.067.256)	(1.138.076)	(1.067.256)	(1.138.076)
Pagáveis a partes relacionadas	(269.997)	(297.791)	(269.997)	(297.791)
Outros passivos financeiros	(342.276)	(817.869)	(342.276)	(817.869)
Parcelamento de débitos tributários	(902)	(902)	(902)	(902)
Total	(26.789.178)	(24.558.155)	(26.811.887)	(24.433.296)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2.4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor.

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

As novas normas, interpretações e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB, mas não são efetivas em 31 de dezembro de 2023, não terão um impacto significativo no resultado consolidado ou na posição financeira da Companhia de acordo com a revisão inicial da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o desempenho financeiro futuro do grupo. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevantes ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, Arrendamentos e instrumentos financeiros derivativos.	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, derivativos, contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, outros tributos a pagar, arrendamentos, derivativos e contas a pagar a partes relacionadas.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia pode optar pela designação formal de novas operações de dívidas para as quais possua instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir as inconsistências no resultado decorrentes de diferenças entre os critérios de mensuração de determinados passivos e seus instrumentos de proteção. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo. Tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

a) Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é manter as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.746	1.540
Contas a receber de clientes	7.678	-
Fornecedores	(979)	(97.259)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.781.727)	(4.388.589)
Derivativos de taxa de câmbio	4.822.012	4.437.823
Passivo de arrendamento	(78.162)	(94.716)
	<u>(27.432)</u>	<u>(141.201)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos e euros, levantados em 31 de dezembro de 2023, no cenário provável a Companhia sensibilizou o efeito positivo ou negativo no resultado antes dos impostos, decorrente de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação às moedas estrangeiras no cenário provável, e para aumentos e diminuições de 25% e 50%, como segue:

Instrumento	Fator de risco	31/12/2023				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Flutuação do câmbio	123	1.090	2.057	(844)	(1.812)
Contas a receber de clientes	Flutuação do câmbio	252	2.234	4.217	(1.731)	(3.713)
Fornecedores	Flutuação do câmbio	(32)	(285)	(538)	221	473
Derivativos de taxa de câmbio	Flutuação do câmbio	159.190	1.248.025	2.489.239	(1.244.620)	(2.489.239)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Flutuação do câmbio	(157.870)	(1.234.899)	(2.469.798)	1.234.899	2.469.798
Passivo de arrendamento	Flutuação do câmbio	(2.562)	(22.743)	(42.924)	17.619	37.800
Impactos no resultado do exercício		(899)	(6.578)	(17.747)	5.544	13.307

O cenário provável utiliza o dólar e euro projetados por consultoria especializada para 31 de dezembro de 2024. Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável:

	31/12/2023	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	4,8413	5,0000	6,2500	7,5000	3,7500	2,5000
Euro	5,3516	5,6500	7,0625	8,4750	4,2375	2,8250

ii. Risco da taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias possuem instrumentos financeiros sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições de 25% e 50% nas taxas de juros:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exposição taxa de juros	31/12/2023				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	740.931	926.164	1.111.397	555.698	370.466
Títulos e valores mobiliários	139.551	174.439	209.327	104.664	69.776
Caixa restrito	10.839	13.549	16.259	8.129	5.420
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(775.693)	(955.733)	(1.135.773)	(595.652)	(415.612)
Derivativos de taxa de juros e câmbio	(1.145.851)	(1.436.301)	(1.718.777)	(859.388)	(572.926)
Passivo de arrendamento	(441.671)	(442.081)	(442.493)	(441.262)	(440.855)
Arrendamento e concessão parcelados	(107.615)	(134.519)	(161.422)	(80.711)	(53.807)
Outros passivos financeiros	(39.589)	(48.132)	(56.674)	(31.046)	(22.504)
Impactos no resultado do exercício	(1.619.098)	(1.902.614)	(2.178.156)	(1.339.568)	(1.060.042)

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 11 de janeiro de 2024, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	10,08%	12,60%	15,13%	7,56%	5,04%
CDI	9,98%	12,48%	14,98%	7,49%	4,99%
TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	4,65%	3,10%
IPCA	3,85%	4,82%	5,78%	2,89%	1,93%

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	7.233.993	7.385.421
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	1.396.107	840.061
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	109.671	92.770
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	556.297	578.323
Recebíveis de partes relacionadas ⁽ⁱⁱ⁾	95.526	146.653
Instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱ⁾	1.561.493	874.843
	10.953.087	9.918.071

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data de balanço em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2023
AA	21.373
AAA	10.279.891
Total	<u>10.301.264</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023				31/12/2022	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.482.000)	(883.319)	(9.850.385)	(12.912.902)	(25.128.605)	(24.037.575)
Fornecedores	(887.745)	(197.186)	-	-	(1.084.931)	(746.430)
Outros passivos financeiros	(342.276)	-	-	-	(342.276)	(817.869)
Parcelamento de débitos tributários	(902)	-	-	-	(902)	(902)
Passivo de arrendamento	(458.343)	(454.984)	(805.545)	(15.570.173)	(17.289.045)	(16.375.570)
Arrendamento e concessão parcelados	(266.814)	(2.701.491)	(5.102.816)	-	(8.071.121)	(1.137.173)
Pagáveis a partes relacionadas	(261.320)	-	-	-	(261.320)	(297.791)
Dividendos a pagar	(180.362)	-	-	-	(180.362)	(132.044)
Instrumentos financeiros derivativos	(792.725)	(125.929)	(902.827)	3.414.923	1.593.442	(538.101)
	(4.672.487)	(4.362.909)	(16.661.573)	(25.068.152)	(50.765.120)	(44.083.455)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3.2 Informação por segmento

As informações por segmento são utilizadas pela Diretoria Executiva da Companhia para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos.

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Segmentos operacionais

A gestão da Companhia está estruturada em três segmentos:

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, rodoviárias, transbordo nas áreas de concessão da Companhia, da Rumo Malha Norte, da Rumo Malha Central e da Rumo Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste.
- (iii) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exercício:	31/12/2023				31/12/2022			
	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Consolidado
Resultado por Unidade de Negócio								
Receita líquida	8.346.314	2.032.703	558.699	10.937.716	7.635.242	1.739.391	466.875	9.841.508
Custo dos serviços prestados	(4.705.824)	(1.644.307)	(488.301)	(6.838.432)	(4.615.075)	(1.644.441)	(435.632)	(6.695.148)
Lucro bruto	3.640.490	388.396	70.398	4.099.284	3.020.167	94.950	31.243	3.146.360
Margem bruta (%)	43,62%	19,11%	12,60%	37,48%	39,56%	5,46%	6,69%	31,97%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(460.373)	(87.517)	(52.740)	(600.630)	(375.028)	(79.660)	(44.505)	(499.193)
Outras receitas (despesas) operacionais e equivalência patrimonial	73.890	(104.026)	5.956	(24.180)	480.459	(102.584)	11.130	389.005
Depreciação e amortização	1.487.476	587.675	100.683	2.175.834	1.327.094	561.478	78.373	1.966.945
EBITDA	4.741.483	784.528	124.297	5.650.308	4.452.692	474.184	76.241	5.003.117
Margem EBITDA (%)	56,81%	38,60%	22,25%	51,66%	58,32%	27,26%	16,33%	50,84%

3.2.1 Principais clientes

A Companhia possui um cliente que contribuiu individualmente com uma parcela de 10,42% da receita operacional líquida do ano de 2023 com um valor aproximado de R\$ 1.213.263. Em 2022 esse mesmo cliente contribuiu individualmente com uma parcela de 9,89% da receita líquida com um valor aproximado de R\$ 858.831.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4 Transações e eventos significativos

4.1 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são firmadas preferencialmente a preços de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	7.375	6.372	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	31.001	31.854	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	3.426	1.878	-	-
Rumo Malha Central S.A.	3.533	2.508	-	-
Raízen S.A. e suas controladas	8.052	780	22.074	30.102
Elevações Portuárias S.A.	18.614	1.406	21.623	5.424
ALL Argentina S.A.	48.615	48.615	-	-
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	14.286	14.286
Outros	145	150	614	183
	120.761	93.563	58.597	49.995
Operações financeiras e societárias				
Logisport Armazéns Gerais S.A.	-	7.852	-	-
Rumo Malha Central S.A.	-	24.563	-	-
	-	32.415	-	-
	120.761	125.978	58.597	49.995
Ativo não circulante				
Operações comerciais				
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	-	-	36.905	48.810
Raízen S.A. e suas controladas	-	-	-	47.731
	-	-	36.905	96.541
Operações financeiras e societárias				
Rumo Malha Central S.A.	-	1.000.000	-	-
ALL Argentina S.A.	3.326	3.326	-	-
Outros	-	-	24	117
	3.326	1.003.326	24	117
	3.326	1.003.326	36.929	96.658
Total	124.087	1.129.304	95.526	146.653

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Rumo Malha Norte S.A.	8.067	1.175	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	45.955	12.767	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	24.397	23.363	-	-
Rumo Malha Oeste S.A.	3	16	-	-
Rumo Malha Central S.A.	42.624	17.525	-	-
Terminal São Simão S.A.	220	220	-	-
Raízen S.A. e suas controladas	12.626	611	211.714	270.458
Cosan S.A.	2.505	632	6.197	2.976
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	-	-	6.352	8.085
Logispot Armazéns Gerais S.A.	186	666	-	-
Elevações Portuárias S.A.	7.894	4.200	8.294	4.676
Outros	1.622	1.009	37.440	11.596
	146.099	62.184	269.997	297.791
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
Boswells S.A.	-	32.611	-	-
ALL - Argentina S.A.	4.733	4.733	-	-
	4.733	37.344	-	-
Total	150.832	99.528	269.997	297.791

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱ⁾	345.250	400.375	701.354	805.655
Rumo Malha Norte S.A.	54.684	48.634	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	324.030	293.915	-	-
Elevações Portuárias S.A.	2.876	19.379	14.778	2.463
Outros	-	-	-	6.910
	726.840	762.303	716.132	815.028
Compras de produtos / insumos				
Raízen S.A. e suas controladas ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(1.752)	-	(2.242.872)	(2.496.143)
Logisport Armazéns Gerais S.A.	(3.413)	(2.945)	-	-
Rumo Malha Central S.A.	(76.896)	(45.757)	-	-
Rumo Malha Paulista S.A. ^(iv)	(44.552)	(69.122)	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ^(v)	(52)	(22)	(62.293)	(62.271)
Rumo Malha Sul S.A.	(50.725)	(51.249)	-	-
Elevações Portuárias S.A.	(15.634)	-	(16.536)	-
Terminal Marítimo do Guarujá S.A.	-	-	74.785	69.460
Outros	-	-	-	(637)
	(193.024)	(169.095)	(2.246.916)	(2.489.591)
Receitas (despesas) compartilhadas				
Cosan S.A. ^(vi)	-	(850)	(6.195)	(4.365)
Elevações Portuárias S.A.	(111)	2.147	(773)	96
Rumo Malha Oeste S.A.	638	590	-	-
Rumo Malha Paulista S.A.	12.664	16.435	-	-
Rumo Malha Sul S.A.	13.799	10.508	-	-
Rumo Malha Norte S.A.	3.499	3.075	-	-
Rumo Malha Central S.A.	7.135	4.129	-	-
Raízen S.A. e suas controladas ^(vi)	-	-	(33.235)	(30.803)
	37.624	36.034	(40.203)	(35.072)
Resultado financeiro				
COMGAS - Companhia de Gás de São Paulo	-	-	(8.642)	(12.105)
Rumo Malha Central S.A.	60.166	130.953	-	-
Boswells S.A.	2.353	2.268	-	-
Outros	628	817	-	(94)
	63.147	134.038	(8.642)	(12.199)

- (i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 para a Raízen S.A. e suas controladas se refere principalmente à transporte e armazenagem, contratada em condições de mercado.
- (ii) Remuneração de investimento em ativos relacionados ao contrato de prestação de serviços de transporte ferroviário de açúcar com a Rumo Malha Paulista (vide item iv).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 junto à Raízen S.A. e suas controladas, a condições de mercado.
- (iv) Serviço de transporte ferroviário prestado pela Rumo Malha Paulista. O contrato de serviços envolveu investimentos feitos pela Companhia em ativos ferroviários da Rumo Malha Paulista, firmado em condições de mercado.
- (v) Aquisição de lubrificantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 junto à Cosan Lubrificantes, a condições de mercado.
- (vi) Rateio do custo de atividades corporativas e do centro de serviços compartilhados Raízen.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, incluindo os encargos, como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Benefícios de curto prazo	41.440	33.146
Transações com pagamentos baseados em ações	13.577	16.110
	<u>55.017</u>	<u>49.256</u>

4.2 Impacto de conflitos internacionais

A Companhia continua monitorando os impactos da guerra da Ucrânia iniciada em 24 de fevereiro de 2022 pois constitui um evento de longo alcance na economia global e, portanto, nos relatórios financeiros das companhias. Atualmente, não é possível estimar a duração da crise geopolítica, que também pode ser intensificada por ações da Rússia e outros países.

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão do conflito entre Rússia e Ucrânia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os principais itens monitorados pela Companhia são potenciais impactos na oferta de: fertilizantes e impactos no preço de commodities e combustíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

A Companhia também tem monitorado os desdobramentos do conflito no território israelense, em especial no âmbito da volatilidade nos preços da commodity de petróleo, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, não houve impactos nas demonstrações financeiras anuais.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pelo conflito que indicariam uma perda por *impairment*. Como não houve interrupção nas operações da Companhia, o impacto financeiro resultante do conflito nas unidades geradoras de caixa ("UGC") foi limitado. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram alterações significativas para a avaliação dos indicativos de *impairment*. Nossas projeções de recuperação de tributos diferidos, estão fundamentas nos mesmos cenários e premissas acima.

A Companhia até o momento não identificou impactos em risco de crédito de clientes, taxas de desconto, estoque, instrumentos financeiros, contas a receber entre outros itens analisados e continuará monitorando os fatos sobre os conflitos, com vistas à potenciais impactos nos negócios e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

4.3 Liquidação das parcelas de arrendamento e concessão com precatórios

Em dezembro de 2021, a Constituição Federal foi alterada para permitir que determinados créditos devidos por entes federados sejam adquiridos de terceiros e utilizados para pagamento de outorgas.

As Companhias Rumo Malha Sul e Rumo Malha Oeste, liquidaram as parcelas do mês de janeiro e anteciparam a liquidação de outras parcelas com vencimento em 2023, no montante de R\$ 120.046. Para liquidação destes valores foram utilizados precatórios adquiridos em 16 de janeiro de 2023 com custo de aquisição de R\$ 96.036. Os efeitos desta transação foram reconhecidos na rubrica "Outras receitas e despesas operacionais" nota 6.3.

Em transação similar, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram utilizados precatórios no valor de R\$ 124.400 para liquidação de parcelas relacionadas ao contrato de concessão da Rumo Malha Paulista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.4 Reorganização societária

Em 19 de julho de 2023 a Companhia e a sua controlada Rumo Malha Norte S.A. convocaram suas respectivas Assembleia Geral Extraordinária - AGE, de forma a aprovar os atos societários relativos à Reorganização Societária de cisão parcial, conforme comunicado ao mercado nas datas de 20 de abril, 02 de junho e 19 de junho de 2023.

Foi aprovado o “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Rumo Malha Norte S.A. com Incorporação do Acervo Cindido pela Companhia.”, celebrado entre as administrações da Companhia e da Malha Norte, bem como a Reorganização Societária e autorização do aumento do capital social da Companhia em decorrência da incorporação do Acervo Cindido.

Como impacto da reorganização por meio da cisão, a Companhia recebeu R\$ 2.650.000 em caixa, e os investimentos diretos no Terminal XXXIX de Santos S.A., Terminal de Granéis do Guarujá S.A. - TGG e no Terminal Marítimo do Guarujá S.A. - TERMAG, registrados em contrapartida ao investimento da controlada Rumo Malha Norte S.A. (nota 5.11). Como pagamento pela participação dos minoritários da controlada Malha Norte S.A. nos ativos recebidos, foram emitidas 710.158 ações ao montante de R\$ 13.110 na Companhia. O efeito no balanço consolidado se resumirá no valor das ações emitidas e entregues como pagamento aos minoritários

4.5 Investimento Terminal Alvorada S.A

Em 07 de julho de 2023 a Companhia formou uma *join venture* junto a CHS Agronegócio Indústria e Comércio Ltda, com o objetivo de transformar o armazém de transbordo rodoviário da CHS em Alvorada (TO) em terminal de transbordo rodoferroviário.

4.6 Emissão de debêntures Rumo S.A.

Em 15 de setembro de 2023 a Companhia captou R\$ 1.500.000 com a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 750.000, com taxa de IPCA+5,76% e prazo de 6 anos, enquanto a segunda é de R\$ 750.000 com taxa de IPCA+6,18% e prazo de 10 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Ambas as séries terão pagamentos de juros semestrais e amortização de 100% do principal no vencimento. Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento. Estas debêntures possuem as mesmas cláusulas financeiras restritivas (“*financial covenants*”) que as demais dívidas e compromissos ESG, conforme demonstrado na nota 5.5.

4.7 Plano de recompra de ações.

Em 09 de novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações. O Programa aprovado, tem como objetivo a aquisição de ações de emissão da própria Companhia para manutenção de tais ações adquiridas em tesouraria, cancelamento ou alienação, ou posterior alienação das ações no mercado. As ações recompradas e mantidas em tesouraria podem, a critério da administração da Companhia, ser usadas para cumprir obrigações decorrentes de planos de ações referentes à retenção de executivos, na forma aprovada pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

A realização das aquisições de ações da Companhia no âmbito do Programa de Recompra ocorreu entre os dias 13 e 21 de novembro de 2023, quando foi atingido o limite de recompra da Companhia de 4.461.504 ações.

4.8 Eventos de 2022

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou transações não recorrentes, as quais não impactam o exercício de 2023, mas são relevantes para as informações comparativas.

4.8.1 Pré-pagamento Senior Notes 2025

Em 14 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou o pré-pagamento da Senior Notes 2025, no valor de USD 500.000, equivalente a R\$ 2.848.332, com vencimento original em janeiro de 2025, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em janeiro de 2018. Os derivativos contratados para proteção da operação foram liquidados no mesmo período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.8.2 Revisão ordinária do contrato de concessão da Malha Paulista

Em 25 de maio de 2022, ocorreu a revisão ordinária anual da concessão da Malha Paulista, levando à modificação de anexos específicos do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Os principais impactos nas demonstrações financeiras foram: (i) R\$ 32.490 de revisão de outorgas, valor registrado em outras receitas e despesas; (ii) R\$ 60.309 de remensuração da outorga pela postergação de investimentos com datas determinadas (Nota Explicativa 5.12.4); e (iii) R\$ 8.484 de verbas de pesquisa e preservação de memória ferroviária, provisionadas no decorrer do exercício.

Todos os valores foram computados nas parcelas trimestrais remanescentes de outorga, sujeitos à correção de IPCA e juros de 11,04% ao ano.

4.8.3 Venda de ações da Elevações Portuárias

Em 15 de julho de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações, prevendo a alienação de 80% (oitenta por cento) da sua participação acionária na controlada integral Elevações Portuárias S.A. (“EPSA”), que opera e controla os terminais T16 e T19 no Porto de Santos (SP), à Corredor Logística e Infraestrutura Sul (“CLI SUL”), empresa integralmente detida pela Corredor Logística e Infraestrutura (“CLI”), em linha com a estratégia de formação de parcerias de longo prazo e de foco na logística ferroviária e na execução dos projetos estratégicos de expansão.

A conclusão da operação de venda ocorreu em 14 de novembro de 2022, quando a Companhia recebeu de forma líquida o montante de R\$ 1.394.669, apurando um resultado de R\$ 955.584 conforme nota explicativa 6.3.

4.8.4 Acordo judicial – Farovia S.A.

A Rumo Malha Norte, a Rumo Malha Sul, a Rumo Malha Paulista e a Rumo S.A. eram partes em procedimento arbitral confidencial, cujo valor total dos pedidos somava R\$ 1.281.084. O procedimento foi instaurado pela parte contrária sob a alegação de que às Companhias teriam dado causa à rescisão de contrato de serviço transporte ferroviário e investimentos, diante do que requereu indenização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em 22 de novembro de 2022, Companhia firmou acordo para encerrar o procedimento arbitral, mediante a aquisição da totalidade das ações da empresa Farovia, contra a qual litigava, incorporada na sequência. O acordo envolveu um montante de caixa líquido de R\$ 51.132 e a assunção de uma dívida bancária totalizando R\$ 396.818 conforme nota explicativa 6.3.

Em janeiro de 2023 o procedimento arbitral foi extinto a partir de acordo celebrado entre as partes.

4.9 Eventos subsequentes

4.9.1 Renovação do benefício fiscal SUDAM

Em 20 de dezembro de 2023 a Rumo Malha Norte S.A. apresentou junto à Receita Federal do Brasil – RFB o laudo constitutivo de número 143/2023, expedido pela SUDAM em 06 de dezembro de 2023, atestando o atendimento das condições e requisitos legais exigidos para renovação do benefício fiscal, por mais 10 anos. Diante do exposto a RFB através do uso de suas atribuições, decidiu em 13 de março de 2024, através do ato declaratório executivo de número 024213308, reconhecer o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, calculados com base no lucro da exploração, da pessoa jurídica Rumo Malha Norte.

4.9.2 Emissão de debêntures Rumo Malha Paulista S.A.

Em 25 de março de 2024 a controlada Rumo Malha Paulista captou R\$ 1.200.000 com a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, divididas em duas séries, sendo que a primeira possui um montante de R\$ 532.243, com taxa de IPCA + 5,7970% a.a., prazo de 10 anos, pagamentos de juros semestrais e amortização bullet, enquanto a segunda é de R\$ 667.757 com taxa de IPCA + 5,9284% a.a., prazo de 15 anos, pagamentos de juros semestrais e amortizações nos três últimos anos.

Os recursos dessa captação serão utilizados para investimento. Essa emissão possui as mesmas cláusulas financeiras restritivas (“financial covenants”) que as demais dívidas, conforme demonstrado na nota 5.5.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4.9.3 Projeto terminal portuário - Seeds

Em 25 de março de 2024, as Companhias Rumo S.A. e EMBRAPORT – Empresa Brasileira de Terminais Portuários S.A., assinaram um acordo vinculante para a implementação de um novo projeto (terminal) portuário para elevações de grãos e fertilizantes no porto de Santos. O investimento estimado para construção do Terminal é de R\$ 2,5 bilhões e será financiado com empréstimos, além da possibilidade de potenciais parcerias estratégicas ao longo do curso de implementação do Projeto. O início de construção está condicionado ao cumprimento de condições precedentes usuais para esse tipo de operação, incluindo licenciamento e aprovações legais e regulatórias. Após o cumprimento de todas as condições precedentes, estima-se o período de 30 meses para construção.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	1.396.107	840.061
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.561.493	874.843
		2.957.600	1.714.904
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	7.233.993	7.385.421
Contas a receber de clientes	5.4	556.297	578.323
Recebíveis de partes relacionadas	4.1	95.526	146.653
Caixa restrito	5.3	109.671	92.770
		7.995.487	8.203.167
Total		10.953.087	9.918.071
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	4.047.797	4.576.705
Passivos de arrendamento	5.6	3.406.843	3.254.010
Fornecedores	5.7	1.084.931	746.430
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		342.276	817.869
Pagáveis a partes relacionadas	4.1	269.997	297.791
Dividendos a pagar		180.337	132.044
Arrendamento e concessão parcelados	5.16	1.067.256	1.138.076
Parcelamento de débitos tributários	5.13	902	902
		10.400.339	10.963.827
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	1.471.795	1.412.945
Empréstimos e financiamentos	5.5	14.917.044	12.181.383
		16.388.839	13.594.328
Total		26.789.178	24.558.155

- (i) Saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a agentes financeiros. Essas operações tiveram fundos e bancos de primeira linha como contrapartes, a uma taxa média de 12,42% a.a. (14,53% a.a. em 31 de dezembro de 2022). O prazo médio dessas operações gira em torno de 111 dias (109 dias em 31 de dezembro de 2022).

A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contratos comerciais” (Nota 6.4) do resultado financeiro, tendo representado R\$ 91.597 no exercício findo em 31 de dezembro 2023 (R\$ 96.752 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	1.213	1.912	10.948	28.410
Aplicações financeiras	3.112.829	2.167.423	7.223.045	7.357.011
	3.114.042	2.169.335	7.233.993	7.385.421

As aplicações financeiras são compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	-	-	177.584	15.095
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	3.112.829	2.167.423	7.045.461	7.341.916
	3.112.829	2.167.423	7.223.045	7.357.011

- (i) As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,10% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2023 (102,9% do CDI em 31 de dezembro de 2022). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos.

Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	179.758	50.456	1.097.282	475.936
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	48.738	38.250	298.825	361.972
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	228	-	2.153
	228.496	88.934	1.396.107	840.061

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	108.560	84.969
Valores depositados em garantia	78	79	1.111	7.801
	78	79	109.671	92.770

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Mercado interno	35.321	52.848	540.190	570.524
Mercado externo	7.678	-	21.633	13.598
	42.999	52.848	561.823	584.122
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.041)	(204)	(5.526)	(5.799)
	(1.041)	(204)	(5.526)	(5.799)
Total	41.958	52.644	556.297	578.323
Circulante	41.958	52.644	538.457	561.641
Não circulante	-	-	17.840	16.682
Total	41.958	52.644	556.297	578.323

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	35.165	48.737	498.986	530.804
Vencidas				
Até 30 dias	899	2.160	44.151	34.873
De 31 a 60 dias	3.210	1.151	11.239	3.492
De 61 a 90 dias	981	643	4.761	832
Mais de 90 dias	2.744	157	2.686	14.121
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(1.041)	(204)	(5.526)	(5.799)
	41.958	52.644	556.297	578.323

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(620)	(5.964)
Provisões	(207)	(5.147)
Reversões e baixas	623	5.312
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(204)	(5.799)
Provisões	(919)	(4.029)
Reversões e baixas	82	4.302
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.041)	(5.526)

5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Descrição	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Vencimento final	Objetivo
	Indexador	Taxa média anual de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		
Com garantia								
Finame	Pré-fixado	6,00%	64.388	137.737	128.494	280.919	dez/2024	Investimento
Finem	Pré-fixado	3,50%	-	-	29	378	jan/2024	Investimento
	URTJLP	8,60%	-	-	2.210.390	2.221.900	jul/2031	Investimento
NCE	CDI + 0,80%	14,56%	-	-	-	355.770	dez/2023	Capital de giro
	CDI + 1,03%	14,84%	-	-	-	98.003	fev/2023	Capital de giro
	CDI + 2,07%	14,85%	-	-	52.101	50.467	mar/2025	Capital de giro
	CDI + 2,25%	15,16%	-	-	60.774	62.760	mai/2026	Capital de giro
	CDI + 2,25%	15,39%	-	-	78.965	-	fev/2026	Capital de giro
	CDI + 2,20%	14,20%	-	-	30.252	-	mar/2026	Capital de giro
	SOFR + 1,30% ⁽ⁱⁱ⁾	6,65%	-	-	487.544	-	jan/2025	Capital de giro
Sênior Notes 2028	Pré-fixado (US\$) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5,25%	-	-	2.178.449	2.196.083	jan/2028	Investimento
Sênior Notes 2032	Pré-fixado (US\$) ^(iv)	4,20%	-	-	2.066.885	2.124.051	jan/2032	Investimento
ECA	Euribor + 0,58% (EUR) ^(v)	4,52%	-	-	48.849	68.455	set/2026	Investimento
CCB	IPCA ^(vi)	5,41%	-	-	954.205	806.028	jan/2048	Capital de giro
			64.388	137.737	8.296.937	8.264.814		
Debêntures								
Debêntures não conversíveis	IPCA + 3,60% ^(vii)	8,19%	413.880	367.476	413.881	367.476	dez/2030	Investimento
	IPCA + 3,90% ^(viii)	8,50%	1.113.820	1.048.252	1.113.820	1.048.252	out/2029	Investimento
	IPCA + 4,00% ^(ix)	8,61%	1.077.140	941.203	1.077.140	941.203	dez/2035	Investimento
	IPCA + 4,50% ^(x)	9,13%	1.596.910	1.523.382	1.596.910	1.523.383	jun/2031	Investimento
	IPCA + 4,54% ^(xi)	9,17%	254.232	80.987	254.232	80.987	jun/2036	Investimento
	IPCA + 4,68% ^(xii)	9,32%	-	-	396.201	518.680	fev/2026	Investimento
	IPCA + 4,77% ^(xiii)	9,41%	-	-	773.556	632.440	jun/2031	Investimento
	IPCA + 5,73% ^(xiv)	10,41%	-	-	551.709	537.261	out/2033	Investimento
	IPCA + 5,99% ^(xv)	10,69%	-	-	470.177	435.780	jun/2032	Investimento
	IPCA + 6,80% ^(xvi)	11,53%	1.004.762	893.852	1.004.762	893.852	abr/2030	Investimento
	CDI + 1,30%	13,10%	-	-	759.390	759.175	out/2027	Investimento
	CDI + 1,79%	13,65%	-	-	753.435	754.785	jun/2027	Investimento
	IPCA + 5,76% ^(xvii)	10,45%	753.439	-	753.439	-	ago/2029	Investimento
	IPCA + 6,18% ^(xviii)	10,88%	749.252	-	749.252	-	mai/2033	Investimento
			6.963.435	4.855.152	10.667.904	8.493.274		
Total			7.027.823	4.992.889	18.964.841	16.758.088		
Circulante			110.723	99.769	1.356.905	1.357.026		
Não circulante			6.917.100	4.893.120	17.607.936	15.401.062		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa overnight do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI Over (CDI Over) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Dívida com swap para 109% do CDI que representou uma taxa média de 14,38% no ano de 2023.
- (iii) Dívida com swap para 115% do CDI que representou uma taxa média de 15,16% no ano de 2023.
- (iv) Dívida com swap para 114% do CDI que representou uma taxa média de 15,09% no ano de 2023.
- (v) Dívida com swap para 108% do CDI que representou uma taxa média de 14,30% no ano de 2023.
- (vi) Dívida com swap para 62% do CDI que representou uma taxa média de 8,13% no ano de 2023.
- (vii) Dívida com swap para 104% do CDI que representou uma taxa média de 13,78% no ano de 2023.
- (viii) Dívida com swap para 102% do CDI que representou uma taxa média de 13,50% no ano de 2023.
- (ix) Dívida com swap para 107% do CDI que representou uma taxa média de 14,16% no ano de 2023.
- (x) Dívida com swap para 106% do CDI que representou uma taxa média de 13,95% no ano de 2023.
- (xi) Dívida com swap para 109% do CDI que representou uma taxa média de 14,36% no ano de 2023.
- (xii) Dívida com swap para 107% do CDI que representou uma taxa média de 14,13% no ano de 2023.
- (xiii) Dívida com swap para 112% do CDI que representou uma taxa média de 14,74% no ano de 2023.
- (xiv) Dívida com swap para 109% do CDI que representou uma taxa média de 14,36% no ano de 2023.
- (xv) Dívida com swap para 100% do CDI que representou uma taxa média de 13,14% no ano de 2023.
- (xvi) Dívida com swap para 118% do CDI que representou uma taxa média de 15,55% no ano de 2023.
- (xvii) Dívida com swap para 105% do CDI que representou uma taxa média de 13,91% no ano de 2023.
- (xviii) Dívida com swap para 109% do CDI que representou uma taxa média de 14,38% no ano de 2023.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
13 a 24 meses	-	49.035	937.125	701.720
25 a 36 meses	-	-	1.015.402	734.043
37 a 48 meses	739.392	-	2.292.971	830.066
49 a 60 meses	1.269.525	719.256	3.819.827	2.202.439
61 a 72 meses	2.087.154	1.217.382	2.782.970	3.709.931
73 a 84 meses	744.609	1.173.021	1.151.347	1.785.577
85 a 96 meses	218.293	623.782	522.675	1.002.205
A partir de 97 meses	1.858.127	1.110.644	5.085.619	4.435.081
	6.917.100	4.893.120	17.607.936	15.401.062

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Reais (R\$)	14.183.114	12.369.499
Dólar (US\$) ⁽ⁱ⁾	4.732.878	4.320.134
Euro ⁽ⁱ⁾	48.849	68.455
Total	18.964.841	16.758.088

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, todas essas dívidas denominadas em moeda estrangeira, nas subsidiárias, possuem proteção contra risco cambial através de instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.8) ou através de aplicações financeiras na mesma moeda.

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para o exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	5.199.467	21.178.748
Captações	-	693.086
Atualização de juros, variação monetária e cambial	300.970	(166.167)
Assunção em acordo	348.803	348.803
Amortização de principal	(588.695)	(4.106.479)
Pagamento de juros	(267.656)	(1.189.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.992.889	16.758.088
Captações	1.459.791	2.770.736
Atualização de juros, variação monetária e cambial	919.714	1.971.541
Amortização de principal	(73.201)	(1.323.716)
Pagamento de juros	(271.370)	(1.211.808)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.027.823	18.964.841

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com bancos de fomento, destinados a investimentos, também são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com um custo médio de 0,70% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fianças bancárias contratadas era de R\$ 3.120.034 (R\$ 3.037.453 em 31 de dezembro de 2022).

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, Companhia dispunha de linhas de crédito não utilizadas (sujeitas a condições contratuais para utilização), em bancos com rating AAA, no valor total de R\$ 802.908 (R\$ 1.409.490 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, que variam de contrato para contrato. A tabela a seguir lista as dívidas e os indicadores financeiros (os contratos possuem redações ligeiramente distintas sobre a definição dos indicadores de *covenants* e, dentre elas, os índices reportados utilizam a interpretação mais conservadora dos ajustes previstos nas fórmulas):

Indicador	Empresa	Dívida	Meta	Apuração
Alavancagem = Dívida líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Senior notes 2028	≤ 3,5x	1,81x
		Senior notes 2032		
		ECA		
		NCE		
ICJ = EBITDA / Resultado financeiro ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Debêntures ^(iv)	≤ 3,3x	1,18x
		NCE		
ICJ = EBITDA / Resultado financeiro ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Rumo S.A.	Debênture (11 ^a , 12 ^a , 13 ^a e 14 ^a)	≥ 2,0x	3,84x
		ECA		

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito de aplicações financeiras vinculadas a empréstimos e instrumentos derivativos.
- (ii) Conforme definido na nota explicativa 3.2 às demonstrações financeiras.
- (iii) O resultado financeiro consolidado é representado pelo custo da dívida líquida consolidada, demonstrado na nota 6.4.
- (iv) As Debêntures 12^a e 13^a emissões, possuem *covenant* contratual de alavancagem em 3,0x (três vezes). Contudo, elas possuem consentimentos prévios (*waiver*) que permitem à emissora extrapolar esse índice até o limite de 3,5x até 31 de dezembro de 2027.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas subsidiárias estavam cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Compromissos ESG

O *Sênior Notes* 2028 foi a primeira emissão *Green* do setor de ferrovias de carga na América Latina. A Companhia tem o compromisso de utilizar os recursos no financiamento total ou parcial de projetos em andamento e futuros, que contribuam para a promoção de um setor de transporte de baixa emissão de carbono e com uso eficiente de recursos no Brasil. Os projetos elegíveis estão distribuídos nas áreas de “Aquisição, substituição e atualização de material rodante”, “Infraestrutura para duplicação de trechos ferroviários, novos pátios e extensões de pátios”, e “Modernização da ferrovia”. A companhia emite anualmente um relatório demonstrando o andamento dos projetos, que pode ser acessado diretamente na página de relações com investidores.

O *Sênior Notes* 2032 foi uma emissão em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs), com a seguinte meta sustentável: redução de 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* a partir de julho de 2027 caso não atinja essa meta, o que aumentaria a taxa de juros para 4,45% a.a.

A 2ª Debênture da Malha Paulista está atrelada a meta sustentável da redução de emissões de gases de efeitos estufa por tonelada de quilômetro útil (TKU) em 15% até 2023, tendo como ponto de partida a data base de dezembro de 2019. A Companhia será beneficiada com *step-down* de 25 *basis points* em cada série caso atinja essa meta, o que reduziria a taxa a partir de 2024 para CDI + 1,54% na 1ª série e IPCA + 4,52% na 2ª série.

A 17ª Debênture da Rumo S.A. está atrelada a meta sustentável da redução de (i) 17,6% das toneladas de emissões diretas de gases de efeito estufa por quilômetro útil (TKU) até 2026; e (ii) 21,6% até 2030, tendo como referência o ano de 2020. A companhia está sujeita ao *step-up* de 25 *basis points* na 1ª série e 20 *basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2026 e acréscimo de 5 *basis points* na 2ª série caso não seja atingido o SKPI em 2030.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.6 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No início ou na modificação de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

A valorização subsequente do passivo de arrendamento se dá pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Arrendamentos consolidado			Total
	Financeiro	Operacionais - concessões	Operacionais - outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2022	178.526	2.663.396	264.958	3.106.880
Adições	-	111.458	116.738	228.196
Apropriação de juros e variação cambial	23.072	324.122	15.367	362.561
Amortização de principal de arrendamento	(81.134)	(206.069)	(66.170)	(353.373)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-	(162.720)	(32.360)	(195.080)
Reajuste contratual	-	184.896	30.034	214.930
Baixas ⁽ⁱⁱ⁾	-	(105.131)	-	(105.131)
Transferências entre passivos ⁽ⁱ⁾	-	(4.973)	-	(4.973)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	120.464	2.804.979	328.567	3.254.010
Adições	-	45.270	222.419	267.689
Apropriação de juros e variação cambial	21.968	300.625	33.863	356.456
Amortização de principal de arrendamento	(71.411)	(248.096)	(78.026)	(397.533)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-	(128.712)	(40.630)	(169.342)
Reajuste contratual	-	99.254	4.274	103.528
Baixas ⁽ⁱⁱ⁾	-	(7.942)	(23)	(7.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	71.021	2.865.378	470.444	3.406.843
Circulante	37.425	358.464	113.532	509.421
Não circulante	33.596	2.506.914	356.912	2.897.422
	71.021	2.865.378	470.444	3.406.843

- (i) Transferência das parcelas em discussão judicial para rubrica de arrendamento e concessões em litígio (Nota 5.16).
- (ii) Refere-se a baixa dos contratos vigentes na Rumo Serviços Logísticos Ltda (Portofer).

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2058 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros e variação cambial destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos de arrendamento variável não incluído no reconhecimento das obrigações de arrendamento	43.115	55.629
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	37.739	14.639
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo	5.376	1.329
	86.230	71.597

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os saldos de arrendamentos registrados pela Companhia incluem o contrato da Malha Central e o aditivo de renovação do contrato da Malha Paulista, que possuem taxa implícita identificada, sendo, portanto, prontamente determinável em tais casos. Ou seja, nesses casos a valorização não gera as distorções no passivo e direito de uso objeto do Ofício Circular 2/2019 da CVM. Essa particularidade da Companhia faz com que os efeitos sobre os saldos (dos passivos de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação) caso a mensuração fosse feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescidas da inflação futura projetada, não são relevantes para influenciarem as decisões dos usuários e, conseqüentemente, para serem apresentados nas demonstrações financeiras.

A Companhia registrou os passivos de arrendamento pelo valor presente das parcelas devidas, ou seja, incluindo eventuais créditos de impostos a que terá direito no momento do pagamento dos arrendamentos. O potencial crédito de PIS/COFINS incluído no passivo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 32.244 (R\$ 6.318 em 31 de dezembro de 2022).

5.7 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços	117.480	47.633	1.076.678	732.039
Outros	2.173	16.522	8.253	14.391
Total	119.653	64.155	1.084.931	746.430

5.8 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo estar designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia designa certos derivativos como *hedges* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

No início do relacionamento de *hedge* de valor justo a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* que devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de *hedge* são divulgados abaixo. O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, sobre se os instrumentos de *hedge* são altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

A Companhia utiliza instrumentos de swap, cujo valor justo é determinado a partir dos fluxos de caixa descontados baseados em curvas de mercado, para proteger a exposição ao risco de câmbio e ao risco de juros e inflação. Os dados consolidados são apresentados abaixo:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	5.572.429	5.151.173	(685.961)	(532.192)
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e inflação)	9.388.674	7.831.254	775.659	(5.910)
	14.961.103	12.982.427	89.698	(538.102)
Circulante			26.252	17.545
Não circulante			1.535.241	857.298
Ativos			1.561.493	874.843
Circulante			(821.700)	(1.020.726)
Não circulante			(650.095)	(392.219)
Passivos			(1.471.795)	(1.412.945)
Total de instrumentos contratados			89.698	(538.102)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia contratou operações de *Swap* de juros e câmbio, de forma a ficar ativa em USD + juros fixos e passiva em percentual do CDI. Já nas operações de *Swap* de juros e inflação, a Companhia fica ativa em IPCA + juros fixos e passiva em percentual do CDI.

Estratégias de Hedge

a) Hedge do valor justo

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados ao valor justo por meio do resultado. Os efeitos operacionais e contábeis dessa adoção são os seguintes:

<u>Hedge risco de câmbio</u>		Nocional	Valor contábil		Resultado	
		R\$	R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Dívidas						
Sênior Notes 2028	US\$ + 5,30%	(2.791.600)	(2.178.449)	(2.196.083)	167.874	(336.161)
Sênior Notes 2032	US\$ + 4,20%	(2.259.375)	(2.066.885)	(2.124.051)	126.408	(629.220)
NCE USD	Sofr + 1,3%	(483.400)	(487.544)	-	3.147	-
Total		(5.534.375)	(4.732.878)	(4.320.134)	297.429	(965.381)
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 115% do CDI	2.791.600	(460.940)	(418.674)	42.265	685.200
Swap de câmbio e juros	BRL + 117% do CDI	2.259.375	(239.630)	(128.986)	110.644	804.558
Swap de câmbio e juros	BRL + 108,90% do CDI	483.400	5.293	-	(5.293)	-
Total		5.534.375	(695.277)	(547.660)	147.616	1.489.758
Total líquido		-	(5.428.155)	(4.867.794)	445.045	524.377

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

<i>Hedge</i> risco de inflação		Nocional	Valor contábil		Resultado	
		R\$	R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Dívidas						
Debêntures	IPCA + 3,87%	(1.200.000)	(1.220.460)	(1.065.088)	86.656	(88.823)
Debêntures	IPCA + 3,90%	(914.751)	(1.117.221)	(1.048.252)	49.958	2.162
Debêntures	IPCA + 4,00%	(234.045)	(267.161)	(243.591)	13.520	(13.163)
Debêntures	IPCA + 4,77%	(750.000)	(773.556)	(632.440)	47.885	(76.893)
Debêntures	IPCA + 4,50%	(784.619)	(841.646)	(818.428)	57.942	(51.842)
Debêntures	IPCA + 4,54%	(258.815)	(234.556)	(80.987)	22.146	(10.533)
Debêntures	IPCA + 6,80%	(909.045)	(1.004.762)	(893.852)	61.748	(55.374)
Debêntures	IPCA + 5,73%	(500.000)	(541.442)	(537.261)	39.691	(34.565)
Debêntures	IPCA + 5,99%	(434.000)	(470.177)	(435.780)	14.245	1.741
Finem	TLP + 5,90%	(28.107)	(36.301)	(28.115)	971	(1.644)
Debêntures	IPCA + 5,76%	(750.000)	(753.439)	-	(186)	-
Debêntures	IPCA + 6,18%	(750.000)	(749.252)	-	3.468	-
CCB	IPCA + 0,95%	(975.292)	(954.205)	(785.366)	(10.088)	(4.418)
Total		(8.488.674)	(8.964.178)	(6.569.160)	387.956	(333.352)
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107% do CDI	1.200.000	69.219	(83.792)	(153.011)	14.724
Swap de inflação e juros	104% do CDI	914.751	180.091	74.408	(105.683)	2.162
Swap de inflação e juros	108% do CDI	234.045	40.953	13.871	(27.082)	670
Swap de inflação e juros	112% do CDI	750.000	39.086	(49.482)	(88.568)	31.595
Swap de inflação e juros	108% do CDI	784.619	53.696	(46.218)	(99.914)	(3.439)
Swap de inflação e juros	109% do CDI	258.815	5.112	(30.883)	(35.995)	3.600
Swap de inflação e juros	118% do CDI	909.045	101.294	(9.193)	(110.487)	14.515
Swap de inflação e juros	109% do CDI	500.000	47.693	(19.045)	(66.738)	10.701
Swap de inflação e juros	99,5% do CDI	434.000	35.221	1.672	(33.549)	(1.672)
Swap de inflação e juros	95,9% do CDI	28.107	1.600	(558)	(2.158)	558
Swap de inflação e juros	105,28% do CDI	750.000	(8.002)	-	8.002	-
Swap de inflação e juros	108,87% do CDI	750.000	(4.397)	-	4.397	-
Swap de inflação e juros	63% do CDI	975.292	(15.221)	(6.976)	8.245	6.976
Total		8.488.674	546.345	(156.196)	(702.541)	80.390
Total líquido		-	(8.417.833)	(6.725.356)	(314.585)	(252.962)

b) Opções por valor justo

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas. A Companhia optou por designar os passivos protegidos para registro ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Risco de inflação		Nocional	Valor contábil		Resultado	
		R\$	R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Dívidas						
Debêntures	IPCA + 4,68%	(300.000)	(396.201)	(518.680)	13.474	(6.070)
Debêntures	IPCA + 4,50%	(600.000)	(774.939)	(704.954)	34.721	(34.745)
Total		(900.000)	(1.171.140)	(1.223.634)	48.195	(40.815)
Instrumentos derivativos						
Swap de inflação e juros	107% do CDI	300.000	81.885	76.194	(5.691)	(4.819)
Swap de inflação e juros	103% do CDI	600.000	147.429	74.092	(73.337)	8.252
Total		900.000	229.314	150.286	(79.028)	3.433
Total líquido		-	(941.826)	(1.073.348)	(30.833)	(37.382)

Risco de câmbio		Nocional	Valor contábil		Resultado	
		R\$	R\$		Ajuste de valor justo	
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Dívidas						
ECA	EUR + 0,58%	(38.054)	(48.849)	(68.455)	(1.444)	377
Loan 4131	USD + 2,20%	-	-	-	-	247
Total		(38.054)	(48.849)	(68.455)	(1.444)	624
Instrumentos derivativos						
Swap de câmbio e juros	BRL + 108% do CDI	38.054	9.316	15.468	6.153	15.067
Swap de câmbio e juros	BRL + 118% do CDI	-	-	-	-	47.527
Total		38.054	9.316	15.468	6.153	62.594
Total líquido		-	(39.533)	(52.987)	4.709	63.218

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução de futuras obrigações fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	22.988	16.361	290.068	264.125
PIS	5.063	2.752	74.137	116.165
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	685.793	616.081
ICMS CIAP ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	101.035	88.404
Outros	2.203	2.117	43.737	20.008
	30.254	21.230	1.194.770	1.104.783
Circulante	30.254	21.230	356.698	363.416
Não circulante	-	-	838.072	741.367
	30.254	21.230	1.194.770	1.104.783

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.10 Estoques

Política contábil:

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável (é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e dos custos estimados necessários para efetuar a venda).

A provisão para estoques obsoletos é feita para os riscos associados à realização e venda de estoques devido à obsolescência e mensuradas pelo valor realizável líquido ou o custo, dos dois o menor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Peças e acessórios	1.233	1.446	178.260	168.777
Combustíveis e lubrificantes	137	27	16.227	30.027
Almoxarifado e outros	132	133	21.118	27.009
	1.502	1.606	215.605	225.813

Os saldos estão apresentados líquidos da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 7.682 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.645 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.11 Investimentos em outras entidades e provisão para passivo a descoberto

(a) Subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto

Política contábil:

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e desconsolidados quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Ajustes são feitos nas demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis da Companhia.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma, mas apenas na medida em que não haja evidência de imparidade.

b) Coligadas e controladas em conjunto

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Controladas em conjunto são acordos através dos quais as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são tratados como ativos não circulantes e estão demonstrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de coligadas e controladas em conjunto atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”. Os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados com base no percentual de participação dessas investidas.

Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Abaixo estão os investimentos em subsidiárias e coligadas que são materiais para a Companhia em 31 de dezembro de 2023:

i. Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Intermodal S.A.	91.064.313	91.064.313	100%
Rumo Malha Central S.A.	4.470.908.744	4.470.908.744	100%
Rumo Malha Norte S.A.	1.189.412.363	1.186.299.005	100%
Boswells S.A.	3.265.000	3.265.000	100%
Brado Participações S.A.	12.962.963	10.000.000	77%
Paranaguá S.A.	6.119.802	6.113.851	100%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.040.816	51%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	39.780.000	51%
Rumo Malha Sul S.A.	6.677.710.494.907	6.677.710.494.907	100%
ALL Argentina S.A.	9.703.000	8.826.110	91%
Rumo Luxembourg Sarl	500.000	500.000	100%
Rumo Malha Paulista S.A.	5.032.794.458.529	5.032.794.458.529	100%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	376.560.990	376.560.990	100%
Rumo Malha Oeste S.A.	478.460.074	478.460.074	100%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	500.000	99.246	20%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	79.747.000	7.914.609	10%
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	134.479.451	20%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	50%
Terminal Alvorada S.A.	100.197.076	50.098.538	50%
Rumo Holding Malha Norte S.A.	5.000	4.950	99%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Elevações Portuárias S.A.	296.746	38.992	(99.040)	(18.960)	-	-	-	-	217.738
Rumo Intermodal S.A.	30.666	(7.113)	164.367	-	828	-	-	(2.635)	186.113
Rumo Malha Central S.A.	2.593.981	28.615	-	-	-	-	-	-	2.622.596
Rumo Malha Norte S.A.	8.958.810	1.306.475	(2.650.000)	(259.884)	5	(29.880)	-	(61.788)	7.263.738
Boswells S.A.	32.625	(14)	-	-	(2.353)	-	-	(30.258)	-
Brado Participações S.A.	359.495	(6.341)	-	-	-	-	2.083	-	355.237
Paranaguá S.A.	8.875	1.116	-	-	(7.657)	-	-	-	2.334
Logisport Armazéns Gerais S.A.	72.809	2.791	-	(2.203)	-	-	-	-	73.397
Rumo Luxembourg Sarl	50.704	(7.473)	-	-	-	-	-	-	43.231
Rumo Malha Paulista S.A.	3.821.894	14.005	3.500.000	-	22	(19.736)	-	-	7.316.185
Terminal São Simão S.A.	37.980	(1.417)	(12.750)	(450)	-	-	-	-	23.363
Rumo Malha Sul S.A.	2.370.571	(40.604)	-	-	154	-	-	-	2.330.121
ALL Armazéns Gerais Ltda.	86.675	(8.447)	-	-	-	-	518	-	78.746
Rumo Holding Malha Norte S.A.	-	-	5	-	-	-	-	-	5
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A	-	(3.149)	-	-	-	-	-	9.166	6.017
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	-	5.117	-	(1.530)	-	-	-	12.369	15.956
Terminal XXXIX S.A.	-	30.048	-	(11.000)	-	-	-	47.371	66.419
Terminal Alvorada S.A.	-	1.265	47.300	-	-	-	-	-	48.565
Total do investimento	18.721.831	1.353.866	949.882	(294.027)	(9.001)	(49.616)	2.601	(25.775)	20.649.761
ALL Argentina S.A.	(53.314)	(2.619)	-	-	9.992	-	-	2.304	(43.637)
Rumo Malha Oeste S.A.	(2.151.352)	(333.563)	155.000	-	20	-	-	-	(2.329.895)
Total do passivo a descoberto	(2.204.666)	(336.182)	155.000	-	10.012	-	-	2.304	(2.373.532)
Total	16.517.165	1.017.684	1.104.882	(294.027)	1.011	(49.616)	2.601	(23.471)	18.276.229

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência	Aumento (redução) de capital / AFAC	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	Resultado abrangente	Amortização do direito de concessão	Plano de opção de ações	Aquisição de participação em subsidiária	Alienação de investimento	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Elevações Portuárias S.A.	725.944	114.652	-	(146.768)	-	-	-	-	(552.479)	155.397	296.746
Rumo Intermodal S.A.	1.606	30.042	-	-	912	-	-	-	-	(1.894)	30.666
Rumo Malha Central S.A.	2.607.547	(14.010)	-	-	444	-	-	-	-	-	2.593.981
Rumo Malha Norte S.A.	8.595.025	1.292.104	-	(898.492)	(7)	(29.879)	-	151	-	(92)	8.958.810
Boswells S.A.	34.893	-	-	-	(2.268)	-	-	-	-	-	32.625
Brado Participações S.A.	378.841	(17.904)	-	(262)	-	-	1.632	-	-	(2.812)	359.495
Paranaguá S.A.	17.272	(744)	-	-	(7.653)	-	-	-	-	-	8.875
Logispot Armazéns Gerais S.A.	71.947	2.159	-	(1.297)	-	-	-	-	-	-	72.809
Rumo Luxembourg Sarl	9.521	41.183	-	-	-	-	-	-	-	-	50.704
Rumo Malha Paulista S.A.	4.301.529	(460.032)	-	-	132	(19.735)	-	-	-	-	3.821.894
Terminal São Simão S.A.	39.979	633	(2.294)	(338)	-	-	-	-	-	-	37.980
Rumo Malha Sul S.A.	2.595.913	(225.944)	-	-	602	-	-	-	-	-	2.370.571
ALL Armazéns Gerais Ltda.	90.057	(3.789)	-	-	-	-	407	-	-	-	86.675
Total do investimento	19.470.074	758.350	(2.294)	(1.047.157)	(7.838)	(49.614)	2.039	151	(552.479)	150.599	18.721.831
ALL Argentina S.A.	(64.035)	(1.877)	-	-	10.704	-	-	-	-	1.894	(53.314)
Rumo Malha Oeste S.A.	(1.922.927)	(318.520)	90.000	-	95	-	-	-	-	-	(2.151.352)
Total do passivo a descoberto	(1.986.962)	(320.397)	90.000	-	10.799	-	-	-	-	1.894	(2.204.666)
Total	17.483.112	437.953	87.706	(1.047.157)	2.961	(49.614)	2.039	151	(552.479)	152.493	16.517.165

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de investidas:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido e (passivo a descoberto)	Lucros (prejuízos) do exercício
Elevações Portuárias S.A.	1.251.643	444.748	806.895	194.954	950.538	243.797	706.741	127.554
Rumo Intermodal S.A.	232.464	46.347	186.117	(7.113)	45.034	14.375	30.659	30.042
Rumo Malha Central S.A.	6.580.560	3.957.964	2.622.596	28.615	7.079.577	4.485.595	2.593.982	(14.010)
Rumo Malha Norte S.A.	7.817.588	4.880.426	2.937.162	1.337.662	8.769.694	4.181.140	4.588.554	1.319.381
Boswells S.A.	-	-	-	(14)	32.625	-	32.625	-
Brado Participações S.A.	1.066.187	528.103	538.084	(12.180)	1.065.757	518.848	546.909	(27.853)
Paranaguá S.A.	2.473	137	2.336	1.116	9.024	139	8.885	(744)
Logisport Armazéns Gerais S.A.	46.389	18.411	27.978	6.031	54.119	27.853	26.266	5.622
ALL Argentina S.A.	8.771	56.745	(47.974)	(2.880)	8.415	67.024	(58.609)	(2.064)
Rumo Luxembourg Sarl	4.955.725	4.912.496	43.229	(7.473)	5.338.936	5.288.233	50.703	41.183
Rumo Malha Paulista S.A.	16.999.465	9.652.462	7.347.003	(9.924)	14.366.934	10.510.030	3.856.904	(482.368)
Rumo Malha Oeste S.A.	111.643	2.441.538	(2.329.895)	(333.563)	88.035	2.239.391	(2.151.356)	(318.520)
Rumo Malha Sul S.A.	5.396.379	3.108.375	2.288.004	(55.099)	5.822.715	3.479.768	2.342.947	(241.749)
ALL Armazéns Gerais Ltda.	86.176	7.430	78.746	(8.447)	87.211	536	86.675	(3.789)
Terminal São Simão S.A.	111.562	65.752	45.810	(2.779)	109.402	34.929	74.473	1.240
Terminal Alvorada S.A.	105.606	8.476	97.130	(268)	-	-	-	-
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	298.815	268.730	30.085	4.721	273.760	231.119	42.641	19.881
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	242.779	73.216	169.563	88.867	254.748	78.657	176.091	58.139
Terminal XXXIX	481.569	326.731	154.838	53.986	433.412	388.882	44.530	44.530

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

ii. Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rhall Terminais Ltda.	28.580	8.574	30%
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	500.000	99.246	20%
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	79.747.000	7.914.609	10%
Elevações Portuárias S.A.	672.397.254	134.479.451	20%
Terminal XXXIX S.A.	200.000	99.246	50%
Terminal Alvorada S.A.	100.197.076	50.098.538	50%

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Resultado de equivalência	Dividendos	Aumento de capital / AFAC	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Rhall Terminais Ltda.	5.658	1.716	(1.200)	-	6.174
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	8.463	(2.446)	-	-	6.017
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.470	8.826	(10.334)	-	15.962
Elevações Portuárias S.A.	296.746	38.992	(18.960)	(99.040)	217.738
Terminal XXXIX S.A.	53.132	28.247	(14.968)	-	66.411
Terminal Alvorada S.A.	-	1.265	-	47.300	48.565
Total investimento em coligadas e controladas em conjunto	381.469	76.600	(45.462)	(51.740)	360.867

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Resultado de equivalência	Dividendos	Impacto da alienação de participação	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Rhall Terminais Ltda.	4.909	1.649	(900)	-	-	5.658
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	4.727	4.445	-	-	(709)	8.463
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	17.562	5.692	(5.784)	-	-	17.470
Terminal XXXIX S.A.	30.646	22.486	-	-	-	53.132
Elevações Portuárias S.A.	-	6.190	-	135.159	155.397	296.746
Total investimento em coligadas e controladas em conjunto	57.844	40.462	(6.684)	135.159	154.688	381.469

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras de associadas e controlada em conjunto:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros (prejuízos) do exercício	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucros do exercício
Rhall Terminais Ltda.	33.060	12.491	20.569	5.983	33.382	14.534	18.848	5.811
Elevações Portuárias S.A.	1.251.643	444.748	806.895	194.954	950.538	243.797	706.741	127.554
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá S.A.	298.815	268.730	30.085	4.721	273.760	231.119	42.641	19.881
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá S.A.	242.779	73.216	169.563	88.867	254.748	78.657	176.091	58.139
Terminal XXXIX S.A.	481.569	326.731	154.838	53.986	433.412	388.882	44.530	44.530
Terminal Alvorada S.A.	105.606	8.476	97.130	(268)	-	-	-	-
Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos	145.400	145.400	-	-	-	-	-	-

A Associação Gestora da Ferrovia Interna do Porto de Santos (“AG-FIPS”) foi criada pelas operadoras ferroviárias que atuam em Santos para assumir o Contrato de Cessão (“Contrato de Cessão”) relativo à gestão, operação, manutenção e expansão da Ferrovia Interna do Porto de Santos. A entidade se caracteriza pela governança que confere controle compartilhado às associadas. O patrimônio e resultados nulos decorrem da sistemática de adiantamento e reembolso dos investimentos e despesas mensais da entidade pelas associadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participações de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio - ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

A seguir, são apresentadas informações financeiras resumidas para cada subsidiária que possui participações não controladoras que são relevantes para o grupo. Os valores divulgados para cada subsidiária são antes das eliminações entre as empresas.

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação
Rumo Malha Norte S.A. ⁽ⁱ⁾	1.189.412.363	3.144.187	0%
Brado Participações S.A.	12.962.963	2.897.407	22%
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49%
Terminal São Simão S.A.	78.000.000	38.220.000	49%

(i) O percentual de participação dos não controladores da Rumo Malha Norte é de 0,26%.

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das subsidiárias da Companhia que possui participações não controladoras relevantes, antes de quaisquer eliminações intragrupo.

	Saldo em 01 de janeiro de 2023	Resultado de não controladores	Dividendos	Plano de opções de ações	Redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Rumo Malha Norte S.A.	12.178	3.485	(682)	-	-	(7.118)	7.863
Brado Participações S.A.	136.069	(2.565)	-	770	-	-	134.274
Logispot Armazéns Gerais S.A.	34.540	2.693	(2.116)	-	-	-	35.117
Terminal São Simão S.A.	36.494	(1.362)	(433)	-	(12.250)	-	22.449
Total investimento	219.281	2.251	(3.231)	770	(12.250)	(7.118)	199.703

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Saldo em 01 de janeiro de 2022	Resultado de não controladores	Dividendos	Plano de opções de ações	Resultado abrangente	Redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Rumo Malha Norte S.A.	10.975	3.467	(2.410)	-	-	-	146	12.178
Brado Participações S.A.	140.044	(7.068)	(94)	596	-	-	2.591	136.069
Logisport Armazéns Gerais S.A.	33.706	2.074	(1.240)	-	-	-	-	34.540
Terminal São Simão S.A.	38.417	608	(326)	-	(1)	(2.204)	-	36.494
Total investimento	223.142	(919)	(4.070)	596	(1)	(2.204)	2.737	219.281

Balanco patrimonial resumido:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos								
Circulante	888.496	1.535.692	335.625	306.375	21.101	16.434	13.109	18.858
Não circulante	6.929.092	7.234.002	730.562	759.382	90.461	92.968	33.280	35.261
Total ativo	7.817.588	8.769.694	1.066.187	1.065.757	111.562	109.402	46.389	54.119
Passivos								
Circulante	2.100.947	1.507.760	238.123	268.193	13.452	9.590	8.972	17.111
Não circulante	2.779.479	2.673.380	289.980	250.655	52.300	25.339	9.439	10.742
Total passivo	4.880.426	4.181.140	528.103	518.848	65.752	34.929	18.411	27.853
Patrimônio líquido	2.937.162	4.588.554	538.084	546.909	45.810	74.473	27.978	26.266

Demonstração do resultado resumida e outros resultados abrangentes:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	5.858.606	5.058.588	555.414	462.863	17.411	18.799	23.841	22.896
Resultado antes dos impostos	1.527.889	1.640.564	(17.646)	(41.570)	(4.253)	1.716	8.969	8.240
Imposto de renda e contribuição social	(190.227)	(321.183)	5.466	13.717	1.474	(476)	(2.938)	(2.618)
Resultado do exercício	1.337.662	1.319.381	(12.180)	(27.853)	(2.779)	1.240	6.031	5.622
Outros resultados abrangentes	2.521	2.521	-	-	-	(2)	-	-
Resultados abrangente total	1.340.183	1.321.902	(12.180)	(27.853)	(2.779)	1.238	6.031	5.622
Dividendos pagos	(117)	(900.248)	-	(420)	(1.178)	(491)	(4.217)	(2.270)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida:

	Rumo Malha Norte S.A.		Brado Participações S.A.		Terminal São Simão S.A.		Logisport Armazéns Gerais S.A.	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	3.372.500	2.287.064	132.235	65.635	8.075	2.260	(657)	10.760
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(515.754)	(515.845)	(25.304)	(54.509)	(6.126)	(11.628)	5.234	(7.867)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(2.999.559)	(1.698.148)	(82.611)	(34.608)	(1.948)	9.225	(4.573)	(2.897)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(142.813)	73.071	24.320	(23.482)	1	(143)	4	(4)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	246.696	173.625	43.993	67.475	5	148	2	6
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	103.883	246.696	68.313	43.993	6	5	6	2

5.12 Ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida, diretos de uso e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração as premissas relacionadas a cada unidade geradora de caixa, tais como: estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão, cada qual registrado em uma empresa individual. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. O valor recuperável foi determinado pelo valor de mercado dos ativos que deram origem ao ágio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não identificou indicadores adicionais de *impairment*, de forma que nenhum teste de *impairment* foi necessário para ativos imobilizados, direitos de uso e intangíveis de vida útil definida.

A subsidiária Rumo Malha Oeste, que registrou provisão para *impairment* em 2020, não demonstrou melhora dos indicadores que motivaram a provisão, de forma que foi mantida provisão integral para essa unidade geradora de caixa.

A Companhia avaliou ainda os efeitos dos conflitos na Ucrânia e Oriente Médio sobre as demais unidades geradoras de caixa e a Administração não detectou deterioração nos indicadores de médio e longo prazos.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se ocorrerão perdas por redução da recuperação no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12.1 Propriedade para investimento

Política contábil

As propriedades para investimento são mantidas para auferir receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

A Companhia determinou, com base em sua avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos relativos à propriedade dos bens. Dessa forma, a controladora (como arrendador) contabiliza os bens como propriedade para investimento e os arrendamentos como operacionais

Mantém sua propriedade para investimento mensurada pelo custo deduzidas das depreciações, que são calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.

Em 16 de junho de 2021, a Companhia exerceu opção de compra sobre uma área (terreno/imóveis) de 339,07 hectares denominada terminal de Rondonópolis, no valor de R\$ 184.100 (custo histórico), que estava arrendado para sua controlada Rumo Malha Norte, e em 29 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a transferência do acervo líquido deste imóvel/terreno no montante de R\$ 164.367 para sua controlada Rumo Intermodal S.A. a título de aumento de capital (R\$ 174.422 em 31 de dezembro de 2022)

5.12.2 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados. A vida útil estimada dos ativos é como seguir:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	2% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os métodos de depreciação, bem como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Reconciliação do valor contábil

	Consolidado						Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via permanente	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:								
Saldo em 01 de janeiro de 2022	1.801.450	1.668.024	9.946.446	10.616.449	2.949.338	800.704	27.782.411	247.767
Adições	-	6.002	772	11.120	2.882.475	-	2.900.369	8.018
Baixas	(2.835)	(3.178)	(61.536)	(52)	-	(46.419)	(114.020)	(990)
Transferências	176.966	123.572	342.320	1.626.037	(2.355.451)	32.196	(54.360)	8.023
Baixa por alienação de investimento	(396.614)	(528.452)	-	-	(22.841)	(4.929)	(952.836)	-
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.578.967	1.265.968	10.228.002	12.253.554	3.453.521	781.552	29.561.564	262.818
Adições	623	-	898	710	3.869.289	-	3.871.520	375.296
Baixas	(198.186)	(13.126)	(118.414)	(116.957)	(1.790)	(99)	(448.572)	(199.668)
Transferências	267.197	166.803	821.701	2.552.077	(3.636.744)	12.411	183.445	171.117
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.648.601	1.419.645	10.932.187	14.689.384	3.684.276	793.864	33.167.957	609.563
Depreciação:								
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(587.290)	(698.034)	(5.075.716)	(4.952.695)	(13.379)	(480.735)	(11.807.849)	(95.487)
Adições	(60.387)	(144.851)	(566.999)	(670.921)	-	(18.996)	(1.462.154)	(14.036)
Baixas	-	2.404	51.591	8	-	48.620	102.623	-
Transferências	(15.734)	27.032	139	23.931	-	83	35.451	-
Baixa por alienação de investimento	208.661	406.945	-	-	-	3.947	619.553	-
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(454.750)	(406.504)	(5.590.985)	(5.599.677)	(13.379)	(447.081)	(12.512.376)	(109.523)
Adições	(62.016)	(130.176)	(613.032)	(806.380)	-	(14.595)	(1.626.199)	(12.169)
Baixas	17.769	11.012	110.237	89.725	-	515	229.258	18.519
Transferências	(49.649)	5.476	(6.837)	(31.199)	-	(45)	(82.254)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(548.646)	(520.192)	(6.100.617)	(6.347.531)	(13.379)	(461.206)	(13.991.571)	(103.173)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	1.124.217	859.464	4.637.017	6.653.877	3.440.142	334.471	17.049.188	153.295
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.099.955	899.453	4.831.570	8.341.853	3.670.897	332.658	19.176.386	506.390

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, ativos, principalmente vagões e locomotivas, ao custo de R\$ 1.390.404 (R\$ 745.203 em 31 de dezembro de 2022), foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (Nota 5.5).

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$ 41.304 (R\$ 86.614 em 31 de dezembro de 2022), utilizando uma taxa de média de captação 12,30% (13,25% em 31 de dezembro de 2022).

5.12.3 Ativos intangíveis e ágio

Política contábil

Intangíveis são inicialmente registrados pelo valor de custo (seja por compra, no desenvolvimento ou no âmbito de uma combinação de negócios), deduzido das amortizações e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados numa base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização %
Licença de software	20,00%
Licença de operação	3,70%
Direito de concessão	1,59%

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado				Controladora	
	Ágio ⁽ⁱ⁾	Direito de Concessão ⁽ⁱⁱ⁾	Licença de operação	Outros	Total	Total
Valor de custo:						
Saldo em 01 de janeiro de 2022	100.451	7.977.618	379.182	252.220	8.709.471	649.633
Adições	-	-	2.605	-	2.605	2.604
Baixas	-	-	-	595	595	-
Transferências	-	-	(1.911)	20.687	18.776	(1.911)
Baixa por alienação de investimento	(62.922)	(5.403)	(317.148)	(15.044)	(400.517)	-
Saldo em 01 de janeiro de 2023	37.529	7.972.215	62.728	258.458	8.330.930	650.326
Baixas	-	-	-	(78)	(78)	(78)
Transferências	-	-	3.305	(33.119)	(29.814)	3.305
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.529	7.972.215	66.033	225.261	8.301.038	653.553
Amortização:						
Saldo em 01 de janeiro de 2022	-	(1.224.844)	(167.287)	(185.695)	(1.577.826)	(341.118)
Adições	-	(120.156)	(8.879)	(22.119)	(151.154)	(38.460)
Baixas	-	-	-	(155)	(155)	-
Transferências	-	-	-	(60)	(60)	-
Baixa por alienação de investimento	-	5.403	157.743	9.425	172.571	-
Saldo em 01 de janeiro de 2023	-	(1.339.597)	(18.423)	(198.604)	(1.556.624)	(379.578)
Adições	-	(120.015)	-	(18.251)	(138.266)	(38.345)
Baixas	-	-	-	66	66	67
Transferências	-	-	-	57.929	57.929	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(1.459.612)	(18.423)	(158.860)	(1.636.895)	(417.856)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	37.529	6.632.618	44.305	59.854	6.774.306	270.748
Saldo em 31 de dezembro de 2023	37.529	6.512.603	47.610	66.401	6.664.143	235.697

- (i) Ágio proveniente de combinação de negócios de exercícios anteriores da controlada Logispot, apresentados somente no consolidado.
- (ii) Refere-se ao contrato de concessão da Rumo Malha Norte. O ativo foi identificado e valorizado ao valor justo na combinação de negócios entre Rumo e ALL. O valor será amortizado até o final da concessão em 2079, sendo registrado na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.12.4 Direito de uso

Política contábil:

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado						Total
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas	Software	Veículos	Infraestrutura ferroviária e portuária	
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2022	81.984	107.321	938.610	87.028	27.154	7.800.312	9.042.409
Adições	52.351	63.347	1.006	-	34	111.458	228.196
Reajuste contratual	2.283	52.972	3.480	(1.079)	1.540	155.734	214.930
Baixa ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	-	(106.363)	(106.363)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	136.618	223.640	943.096	85.949	28.728	7.961.141	9.379.172
Adições	-	221.180	-	-	1.239	45.270	267.689
Reajuste contratual ⁽ⁱⁱ⁾	517	3.426	332	-	-	96.257	100.532
Baixa ⁽ⁱ⁾	-	(22)	-	-	-	(6.384)	(6.406)
Transferências	-	34.742	-	-	-	-	34.742
Saldo em 31 de dezembro de 2023	137.135	482.966	943.428	85.949	29.967	8.096.284	9.775.729
Amortização:							
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(35.699)	(15.153)	(399.218)	(16.959)	(13.802)	(776.637)	(1.257.468)
Adições	(23.018)	(76.107)	(34.990)	(4.015)	(4.732)	(267.093)	(409.955)
Transferências	-	-	-	-	-	20.535	20.535
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(58.717)	(91.260)	(434.208)	(20.974)	(18.534)	(1.023.195)	(1.646.888)
Adições	(21.574)	(38.748)	(34.347)	(4.380)	(5.758)	(320.280)	(425.087)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(80.291)	(130.008)	(468.555)	(25.354)	(24.292)	(1.343.475)	(2.071.975)
Saldo em 01 de janeiro de 2023	77.901	132.380	508.888	64.975	10.194	6.937.946	7.732.284
Saldo em 31 de dezembro de 2023	56.844	352.958	474.873	60.595	5.675	6.752.809	7.703.754

- (i) A movimentação representa a baixa dos saldos de direito de uso da Rumo Serviços Logísticos Ltda. (Portofer), que teve o encerramento da sua concessão. Em 31 de dezembro de 2022 refere-se a Companhia Elevações Portuárias, que não é mais controlada, devido a alienação da participação societária.
- (ii) Do total de reajuste contratual, R\$ 103.528 foram registrados em contrapartida ao passivo de arrendamento, enquanto o montante negativo de R\$ 2.996 foi registrado em contrapartida a arrendamentos e concessões.

5.13 Outros tributos a pagar

Política contábil:

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, impostos sobre depósitos e saques de contas bancárias, impostos sobre rotatividade, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia. Também está sujeita a outros impostos sobre suas atividades que geralmente não representam uma despesa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	24	180	1.969	2.531
INSS	2.505	487	17.598	10.575
PIS	3.379	2.569	5.517	2.619
COFINS	15.428	11.834	31.792	12.627
Parcelamento de débitos tributários	902	902	902	902
ISS	-	-	11.645	11.144
Outros	2.152	673	8.587	9.851
	24.390	16.645	78.010	50.249
Circulante	24.390	16.645	77.989	50.080
Não circulante	-	-	21	169
	24.390	16.645	78.010	50.249

Os valores devidos no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A partir de 97 meses	21	169
	21	169

5.14 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo o efeito reconhecido no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	769.234	633.164	919.092	707.137
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(261.540)	(215.276)	(312.491)	(240.427)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	346.012	148.904	26.042	13.757
Resultado de empresas no exterior	-	-	(3.036)	13.013
Lucro da exploração ⁽ⁱ⁾	-	-	279.941	197.307
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱⁱ⁾	(120.173)	(36.459)	(246.138)	(211.852)
Efeito de amortização do ágio	(16.869)	(16.869)	1.271	1.271
Selic sobre indébito	4.650	3.551	51.546	32.188
Outros	(1.648)	(2.075)	5.690	1.627
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(49.568)	(118.224)	(197.175)	(193.116)
Taxa efetiva - %	6,44%	18,67%	21,45%	27,31%

- (i) A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional. Os incentivos fiscais são registrados, pelo valor justo, quando há razoável segurança de que: (a) a Companhia irá atender aos requisitos relacionados ao incentivo; (b) o incentivo será recebido. Os efeitos são registrados ao resultado para se contrapor aos custos ou despesas que o incentivo pretende compensar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (ii) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, da Rumo Malha Sul e da Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais	53.254	35.687	1.308.360	1.243.562
Base negativa de contribuição social	19.171	12.847	472.232	448.899
Diferenças temporárias:				
Provisão para demandas judiciais	35.777	31.872	106.126	100.419
Provisão para perda ao valor recuperável	24.888	31.110	27.072	34.469
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	354	69	8.245	7.948
Provisão para não realização de impostos	-	-	31.566	31.491
Provisão para participação nos resultados	2.916	1.078	41.914	37.227
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	2.640	3.081	85.100	117.370
Combinação de negócios - imobilizado	1.854	1.854	24.795	36.535
Transações com pagamentos baseado em ações	51.659	39.679	51.659	39.679
Passivos de arrendamento	579	-	142.901	165.227
Resultado não realizado com derivativos	-	2.732	408.097	321.422
Diferenças temporárias sobre outras provisões	22.633	12.741	78.792	66.523
Outros	9.329	17.840	130.952	190.736
Tributos diferidos - Ativos	225.054	190.590	2.917.811	2.841.507
Créditos passivos de:				
Diferenças temporárias:				
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	-	-	(124.542)	(60.340)
Combinação de negócios - imobilizado	-	-	(21.817)	(22.105)
Ágio fiscal amortizado	-	-	(2.068)	(2.068)
Passivos de arrendamento	-	(295)	(10.034)	(9.192)
Resultado não realizado com derivativos	(198.924)	-	(299.965)	(120.184)
Ajuste valor justo sobre a dívida	(133.409)	(243.360)	(281.784)	(482.120)
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	(7.850)	(6.336)	(308.011)	(226.505)
Combinação de negócios - Intangível	(53.846)	(53.846)	(2.270.500)	(2.311.674)
Outros	-	-	(122.606)	(105.692)
Tributos diferidos - Passivos	(394.029)	(303.837)	(3.441.327)	(3.339.880)
Total de tributos diferidos	(168.975)	(113.247)	(523.516)	(498.373)
Diferido ativo	-	-	1.869.877	1.869.764
Diferido passivo	(168.975)	(113.247)	(2.393.393)	(2.368.137)
Total	(168.975)	(113.247)	(523.516)	(498.373)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos não registrados sobre prejuízo fiscal e base negativa para controladora e consolidado respectivamente nos montantes de R\$ 504.993 (R\$ 383.170 em 31 de dezembro de 2022) e R\$ 2.678.299 (R\$ 2.514.631 em 31 de dezembro de 2022). O montante está concentrado na controladora e nas subsidiárias Rumo Malha Sul e Rumo Malha Oeste, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pela falta de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado baseado no crescimento da produção agrícola e da exportação projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia continuou monitorando os impactos dos conflitos internacionais e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos:

	Diferido ativo
2024	152.220
2025	168.487
2026	184.586
2027	112.708
2028 a 2033	895.156
2034 a 2039	356.720
Total	<u>1.869.877</u>

d) Movimentações no imposto diferido

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	<u>(697.093)</u>
Resultado	218.320
Passivo atuarial	(36)
Baixa por alienação de investimento	(19.638)
Outros	74
Saldo em 01 de janeiro de 2023	<u>(498.373)</u>
Resultado	(23.506)
Passivo atuarial	(9)
Utilização prejuízo fiscal - litígio zero	(2.245)
Outros	617
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(523.516)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

e) Movimentação analítica do imposto diferido

i. Impostos diferidos ativos

	Prejuízo fiscal e base negativa	Provisões	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Combinação de negócios - imobilizado	Transações com pagamentos baseado em ações	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	1.350.058	219.671	171.517	7.325	49.323	47.138	47.138	28.930	195.235	46.100	284.735	2.400.032
(Cobrado) / creditado												
do resultado do exercício	342.403	(8.117)	-	(7.325)	(49.323)	(10.603)	(10.603)	10.749	(30.008)	275.322	(27.476)	495.622
Diferenças cambiais	-	-	(54.147)	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.147)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.692.461	211.554	117.370	-	-	36.535	36.535	39.679	165.227	321.422	257.259	2.841.507
(Cobrado) / creditado												
do resultado do exercício	90.376	3.369	-	-	-	(11.740)	(11.740)	11.980	(22.326)	86.675	(47.515)	110.819
litígio zero	(2.245)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.245)
diferenças cambiais	-	-	(32.270)	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.780.592	214.923	85.100	-	-	24.795	24.795	51.659	142.901	408.097	209.744	2.917.811

ii. Impostos diferidos passivos

	Ágio fiscal amortizado	Variação cambial	Revisão de vida útil de ativo imobilizado	Ajuste a valor justo da dívida	Combinação de negócios - imobilizado	Combinação de negócios - Intangível	Combinação de negócios - Intangível	Passivos de arrendamentos	Resultado não realizado com derivativos	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	(24.838)	(717)	(154.676)	(175.497)	(22.820)	(2.355.879)	(2.355.879)	(7.672)	(281.191)	(73.835)	(3.097.125)
(Cobrado) / creditado											
do resultado do exercício	22.770	-	(71.829)	(306.623)	715	44.205	44.205	(1.520)	161.007	(31.857)	(183.132)
Diferenças cambiais	-	(59.623)	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.623)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2.068)	(60.340)	(226.505)	(482.120)	(22.105)	(2.311.674)	(2.311.674)	(9.192)	(120.184)	(105.692)	(3.339.880)
(Cobrado) / creditado											
do resultado do exercício	-	-	(81.506)	200.336	288	41.174	41.174	(842)	(179.781)	(17.521)	(37.852)
Diferenças cambiais	-	(64.202)	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.202)
dos outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	607	607
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.068)	(124.542)	(308.011)	(281.784)	(21.817)	(2.270.500)	(2.270.500)	(10.034)	(299.965)	(122.606)	(3.441.327)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.15 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	8.768	5.447	106.283	89.637
Cíveis, regulatórias e ambientais	50.338	56.306	354.002	349.521
Trabalhistas	45.923	31.852	307.183	285.464
	105.029	93.605	767.468	724.622

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	57.000	52.545	99.016	91.125
Cíveis, regulatórias e ambientais	2.363	1.102	69.235	41.123
Trabalhistas	5.871	7.477	103.415	104.919
	65.234	61.124	271.666	237.167

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	2.328	57.486	43.305	103.119
Provisionados no exercício	5.143	15.292	12.553	32.988
Baixas por reversão ou pagamento	(7.325)	(61.065)	(40.938)	(109.328)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	5.301	44.593	16.932	66.826
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.447	56.306	31.852	93.605
Provisionados no exercício	2.420	5.050	13.740	21.210
Baixas por reversão ou pagamento	(321)	(30.816)	(13.498)	(44.635)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	1.222	16.005	13.222	30.449
Transferência	-	3.793	607	4.400
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.768	50.338	45.923	105.029

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	81.375	313.930	285.775	681.080
Provisionados no exercício	13.870	88.552	139.611	242.033
Baixas por reversão ou pagamento	(20.717)	(206.168)	(250.381)	(477.266)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	15.109	153.207	110.459	278.775
Saldo em 31 de dezembro de 2022	89.637	349.521	285.464	724.622
Provisionados no exercício	18.739	61.408	101.817	181.964
Baixas por reversão ou pagamento	(15.775)	(262.738)	(167.654)	(446.167)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	13.682	202.018	86.948	302.648
Transferências	-	3.793	608	4.401
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.283	354.002	307.183	767.468

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

a) Perdas prováveis

- **Tributárias:** Os principais processos tributários para os quais o risco de perda é provável são descritos abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS ⁽ⁱ⁾	-	-	59.288	50.370
PIS e COFINS	-	-	96	2.197
INSS	1.121	1.049	9.228	9.182
IPTU	2.916	25	8.593	3.098
IRPJ / CSLL	3.152	3.014	4.390	3.024
Outros	1.579	1.359	24.688	21.766
	8.768	5.447	106.283	89.637

(i) O valor provisionado refere-se especialmente a autos de infração relativos a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo, que, no entendimento fazendário, estariam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito.

- **Cíveis, Ambientais e Regulatórias:** As principais provisões cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Civas Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas a alegados danos, execuções fiscais decorrentes de autuações de órgãos ambientais e agentes reguladores.

b) Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	1.197.539	1.077.641	4.152.956	4.194.598
Cíveis, regulatórias e ambientais	690.460	666.293	4.345.306	4.313.883
Trabalhistas	103.766	100.177	741.712	713.213
	1.991.765	1.844.111	9.239.974	9.221.694

• **Tributários:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Multa isolada tributo federal ⁽ⁱ⁾	618.635	392.500	792.496	618.549
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	404.280	353.291	590.176	547.429
ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	1.083.291	1.153.479
IRRF ^(iv)	67.073	61.717	200.539	186.027
PIS/COFINS ^(v)	16.910	178.882	876.531	1.114.689
Operações financeiras no exterior ^(vi)	-	-	13.287	8.944
MP 470 parcelamento de débitos ^(vii)	-	-	148.956	142.166
Plano de opção de compra de ações ^(viii)	60.863	57.656	60.863	68.846
IOF sobre mútuo ^(ix)	19.236	18.170	154.606	149.323
Outros	10.542	15.425	232.211	205.146
	1.197.539	1.077.641	4.152.956	4.194.598

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (i) As demandas relacionadas à multa isolada se referem, substancialmente, aos seguintes itens a) lavratura de autos de infração sobre alegada ausência de recolhimento de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS), e alegado creditamento indevido de crédito-prêmio de IPI, com aplicação de multa isolada; e b) a Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob a alegação de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.
- (ii) Autos de infração que exigem IRPJ e CSLL relativos: (a) Ágio Malha Norte: Autos de infração lavrados para a cobrança do IRPJ e da CSLL, cumulados com juros de mora e multas de ofício e isolada. No entendimento da Receita Federal a Rumo Malha Norte teria amortizado indevidamente o ágio apurado na aquisição das companhias Brasil Ferrovias S/A e Novoeste Brasil S/A. Em 2023, houve êxito para reduzir a multa de 150% para 75%, sendo a contingência devidamente ajustada. (b) Ágios GIF, TPG e Teaçú. Autos de infração lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL, cumulados com multa de ofício e juros de mora, além de multa isolada, pelos seguintes motivos: Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização na aquisição de participação em Teaçú Armazéns Gerais S/A; Dedução, do lucro real e da base de cálculo da CSLL, do montante correspondente à amortização dos ágios pagos pelas empresas TPG Participações S.A. e GIF LOG Participações S.A na aquisição de ações emitidas pela Rumo Logística S/A;. (c) Ainda, há autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011, 2013 e 2019 contra a Companhia relativos a: 1) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; 2) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico; e 3) suposto ganho de capital sobre incorporação de ações de empresas do mesmo grupo econômico. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere à redução da base de lançamento do ganho de capital. (d) Provisões Trabalhistas: No ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído provisões trabalhistas da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL e (e) Retificação de declaração de compensação motivada por restituição parcial dos créditos objetos do pedido de compensação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iii) As demandas de ICMS estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) Autos de Infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado por suposta falta de recolhimento do ICMS nas prestações de serviço de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação; creditamento indevido de ICMS por suposta escrituração no Livro Registro de Entradas de valores superiores aos apurados nos Livros Fiscais; creditamento indevido de ICMS por aquisições supostamente enquadradas como uso e consumo. Também foram incluídas multas de 50% do valor do imposto e 100% do valor do crédito considerado indevido. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Súmula 649 do STJ, bem como na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996; b) o Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. A Companhia contesta as autuações e procura demonstrar ao Fisco que as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea; c) cobrança de ICMS, dos anos de 2018 e 2019, na aquisição de vagões em decorrência da alegada não isenção prevista pelo Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO pelo fisco paulista.
- (iv) A Rumo Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (v) As demandas administrativas de PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema da não cumulatividade relativas aos seguintes itens: a) créditos lançados extemporaneamente desacompanhados de prévia retificação de declarações fiscais; b) créditos sobre despesas decorrentes de contratos de tráfego mútuo; c) créditos relativos às despesas com serviços classificados como insumos na atividade desenvolvida pela empresa que supostamente não foram comprovadas durante a Fiscalização; d) créditos sobre despesas com transporte de colaboradores; e) créditos relativos às despesas com energia elétrica; f) créditos sobre despesas com locações de máquinas e aluguéis que não foram comprovadas no curso da Fiscalização; g) créditos sobre despesas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado da empresa e h) multa isolada correspondente a 50% do valor dos créditos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (vi) Auto de Infração lavrado para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativo aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes infrações: a) apuração indevida de créditos de PIS e COFINS sobre insumos utilizados no reparo de locomotivas; b) dedução indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior; c) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo governo da Áustria e pelo governo da Espanha, esse último por meio do Instituto de Crédito Oficial (“ICO”), empresa pública a ele vinculada; d) erro na contabilização e exclusão indevida no lucro real e na base de cálculo da CSL de ganhos auferidos em operações de swap e não tributação das receitas financeiras auferidas com tais contratos pelo PIS e pela COFINS; e) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de créditos de PIS e COFINS; f) exclusão indevida do lucro real e da base de cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida; e g) recolhimento insuficiente das antecipações de IRPJ e CSL, o que gerou a aplicação da multa de ofício isolada no percentual de 50%, em concomitância com as multas de ofício de 75%. Em 2019, tivemos êxito definitivo no que se refere a integralidade das infrações “a”, “b”, “d”, “e” e “f”, bem como de parte da infração “c”, para reconhecer a possibilidade de exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSL das receitas decorrentes dos títulos da dívida pública da Áustria adquiridos em 24 de julho de 2006 e, como consequência, de parte da infração “g”, na extensão do cancelamento parcial do item “c”. Contingência ajustada quanto ao êxito definitivo. O remanescente do item “g” permanece em discussão administrativa. A discussão sobre o remanescente do item “c” se encerrou na esfera administrativa com seguimento na esfera judicial.
- (vii) A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Rumo Malha Sul e pela Rumo Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (viii) Autos de infração lavrados contra a Companhia para a cobrança de contribuição previdenciária (20% sobre o valor pago) de valores referentes ao Plano de Opção de Compra de Ações concedido para empregados, administradores e terceiros. O fundamento principal da autuação é a suposta natureza remuneratória.
- (ix) As demandas de IOF estão relacionadas, substancialmente, aos seguintes itens a) O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo, e b) Auto de Infração lavrado pelo Fisco Federal em face da Rumo Malha Norte por suposta ausência de recolhimento de IOF no período de 2017 e 2018, relativa à cobrança em alegadas transações financeiras entre as companhias do grupo, essencialmente sobre remessa de valores decorrentes de tráfego mútuo entre Malha Norte e Malha Paulista, contratos com a Raízen e outros valores elencados em demais contas contábeis.

- **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis (i) (ii) (vi) (viii)	274.545	348.295	1.570.467	1.858.966
Regulatórias (iii) (iv)	358.748	317.104	1.577.446	1.441.298
Ambientais (v) (vii)	57.167	894	1.197.393	1.013.619
	690.460	666.293	4.345.306	4.313.883

As principais contingências cíveis ambientais e regulatórias estão relacionadas a Ações Cíveis Públicas, discussões comerciais com antigos clientes, indenizatórias relacionadas a alegados danos, autuações pelos órgãos ambientais e reguladores. No que tange a grandes demandas, seguem abaixo principais casos:

- (i) A Rumo Malha Sul é parte em execução de termo de ajustamento de conduta firmado com o Ministério Público Federal, na qual este alega que a Rumo não estaria realizando transporte de cargas na região de Presidente Prudente e, em razão disto requereu a realização de execução de multa diária, bem como a majoração do valor da multa. Rumo, por sua vez, ajuizou ação declaratória para dar a correta interpretação ao TAC, uma vez que seu compromisso foi de tentar conseguir carga em volume suficiente para realização do transporte. Periodicamente a Cia realiza seminários na região, mas até o momento não conseguiu angariar interessados na prestação dos serviços. As demandas encontram-se em primeira instância, aguardando decisão judicial. Houve pedido de suspensão da demanda para tentativa de acordo e, em paralelo, a Malha Sul, União e ANTT celebraram acordo com vistas a adequar os critérios utilizados para apuração de valor para devolução de trecho. A contingência total do caso é de R\$ 130.239, sendo que 50% dos valores encontram-se provisionados e o restante está classificado como possível.
- (ii) Em novembro de 2021 o CADE, no julgamento do processo administrativo instaurado a partir de representação de ex-cliente, dentre outros pontos, condenou a Companhia ao pagamento de multa no valor atualizado de R\$ 339.811 decisão que foi mantida no julgamento dos embargos de declaração. A fixação de tal valor contraria precedentes do próprio CADE, seja com relação à base de cálculo, seja em relação à alíquota utilizada, razão pela qual a Companhia ajuizou ação anulatória de tal decisão, a qual encontra-se em grau de apelação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Com base na análise técnica de seu corpo jurídico externo, a Companhia avalia com provável o risco de perda de parcela no valor de R\$ 31.262 (para a qual registrou provisão) e classifica a diferença como contingência possível.

- (iii) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R\$ 176.867.
- (iv) A Malha Paulista é parte em ação indenizatória, ajuizada pela antiga Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), sucedida pela União, em razão da desativação do sistema de tração elétrica da ferrovia, cujo valor dos pedidos somam R\$ 356.284, para a qual não há provisão. Em fevereiro de 2023 houve prolação de sentença de improcedência. Aguarda-se julgamento de recurso da União.
- (v) A Rumo Malha Paulista foi autuada, em 2013, pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) por supostos danos em recursos hídricos. Houve apresentação de defesa. Em setembro de 2021 a Companhia requereu o reconhecimento de prescrição intercorrente. Aguarda-se análise sobre o mérito da questão. O valor envolvido é de R\$ 221.256.
- (vi) A Rumo Malha Paulista é ré, junto ao Município de Jales e outros, em ação civil pública, na qual o MPF alega falta de estrutura de passagens em nível ao longo dos municípios da subseção de Jales, bem como uso indiscriminado de buzina. O risco estimado é de R\$ 137.210.
- (vii) A Rumo Malha Sul foi autuada, em 2014, pelo IBAMA por supostos derramamento de óleo em desacordo com normativos. Houve apresentação de recurso administrativo e aguarda-se decisão na esfera administrativa desde 2015. O valor envolvido é de R\$ 106.120.

• **Trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Reclamações trabalhistas	103.766	100.177	741.712	713.213
	103.766	100.177	741.712	713.213

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 2010, a Prumo Engenharia Ltda. (“Prumo Engenharia”), empresa prestadora de serviço da então ALL – América Latina Logística SA (“ALL”), foi acusada de incorrer em práticas trabalhistas irregulares durante a execução de serviço de engenharia para a subsidiária da Companhia, atual Rumo Malha Paulista. Apesar de a Prumo Engenharia ter assumido a responsabilidade integral pela condição dos trabalhadores em questão, a Rumo Malha Paulista foi incluída indevidamente, na visão da Companhia, no cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho, sendo concedida medida liminar determinando a exclusão do referido cadastro até o trânsito em julgado do processo judicial, que tramita em segredo de justiça. A Rumo celebrou acordo com a Advocacia Geral da União (AGU) pelo qual se comprometeu a pagar R\$ 3.000 ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); além de criar um programa de monitoramento continuado em direitos humanos e trabalhistas por dois anos, para cumprimento de obrigações trabalhistas, bem como promover dois programas sociais, além de patrocinar a capacitação de trabalhadores em estado de vulnerabilidade e, por fim, pagar indenizações individuais no valor de R\$ 510. O acordo foi firmado pela 83ª Vara do Trabalho de São Paulo e após a homologação o Ministério Público do Trabalho apresentou recurso buscando anular referido acordo. Atualmente o recurso está pendente de julgamento. Caso a Rumo não cumpra o acordo citado anteriormente, a Companhia poderá ser incluída cadastro de empregadores do Ministério do Trabalho. Estimamos que o risco de perda do processo (anulação do acordo) seja remoto.

O Ministério Público do Trabalho ainda ajuizou uma ação civil pública (ACP) contra a Malha Paulista, sem a inclusão da Prumo na lide, requerendo o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100.000 (entre outros compromissos), julgada parcialmente procedente condenando a Companhia em obrigações de fazer e não fazer, bem como, em dano moral coletivo de R\$ 15.000. Além de demonstrar que a Companhia não teve participação na prática das irregularidades, a Companhia entende que a ação deveria ser ajuizada contra a Prumo, o que se discute em recurso. O risco de perda é considerado possível e o caso encontra-se aguardando decisão do Tribunal Superior do Trabalho. A Rumo celebrou acordo com o Ministério Público do Trabalho, no qual assumiu o cumprimento de diversas obrigações ligadas à condições de trabalho, bem como efetuou o pagamento de indenização no valor de R\$ 20.000, destinados a diversas entidades sociais. O acordo foi homologado judicialmente pelo Tribunal Superior do Trabalho. Após a homologação, a Advocacia Geral da União interpôs recurso questionando, apenas e tão somente, a destinação da indenização, uma vez que, na visão da Advocacia Geral da União, a indenização deve ser destinada ao FAT. O recurso foi julgado e não provido mantendo-se a destinação dos valores conforme acordo firmado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5.16 Passivos, provisões e compromissos com o Poder Concedente

A Companhia, através de suas controladas, é parte em contratos de subconcessão e arrendamento com o Poder Público. Os principais passivos e provisões gerados pelos contratos são:

a) Arrendamentos e concessões em litígio e parcelados

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Nessa conta são mantidos ainda, saldos parcelados com o Poder Concedente. O registro inicial se dá pelo valor que restou devido a partir da resolução do litígio. Os valores são corrigidos por Selic até o pagamento.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões e outorgas”), registrados inicialmente em contrapartida ao intangível (Nota 5.12.3). A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Arrendamento e concessão em litígio:		
Rumo Malha Oeste S.A.	2.206.945	1.957.149
	2.206.945	1.957.149
Arrendamentos parcelados:		
Rumo Malha Paulista S.A.	1.067.256	1.138.076
	1.067.256	1.138.076
Concessões e outorgas:		
Rumo Malha Sul S.A.	76.191	81.112
Rumo Malha Paulista S.A.	190.282	156.497
Rumo Malha Central S.A.	24.699	18.576
	291.172	256.185
Total	3.565.373	3.351.410
Circulante	250.971	256.759
Não circulante	3.314.402	3.094.651
	3.565.373	3.351.410

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Arrendamento e concessão em litígio:

Em 21 de julho de 2020 a Companhia protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Relicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019. Foi celebrado aditivo ao contrato de concessão e, em razão deste processo, houve a suspensão, por decisão conjunta das partes, da ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela Malha Oeste contra a União, a qual teve sentença de procedência em primeira instância e aguardava julgamento de recurso perante o Tribunal Regional Federal.

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

	31/12/2023	31/12/2022
Rumo Malha Oeste S.A.	26.064	24.125
	26.064	24.125

Arrendamentos e outorgas enquadrados no IFRS16 (Nota 5.6)

	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos:		
Rumo Malha Sul S.A.	452.701	542.996
Rumo Malha Paulista S.A.	422.173	539.900
Rumo Malha Oeste S.A.	131.038	185.324
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	-	11.658
	1.005.912	1.279.878
Outorgas:		
Rumo Malha Paulista S.A. (renovação)	919.011	732.727
Malha Central S.A.	940.455	792.374
	1.859.466	1.525.101
Total	2.865.378	2.804.979
Circulante	358.464	350.719
Não circulante	2.506.914	2.454.260
	2.865.378	2.804.979

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Compromissos de investimento

Os contratos de subconcessão em que a Companhia, através de suas subsidiárias, é parte, frequentemente incluem compromissos de executar investimentos com certas características durante o prazo do contrato. Podemos destacar:

O aditivo de renovação da concessão da Malha Paulista que prevê a execução ao longo da concessão de um conjunto de projetos de investimento em aumento de capacidade e redução de conflitos urbanos, estimado pela agência em R\$6.100.000 (valor atualizado até dezembro de 2017). Deste montante, em torno de R\$3.000.000 compõem o caderno de obrigações, cuja execução física foi de 26,99 % até a data do balanço.

O contrato de subconcessão da Malha Central prevê investimentos com prazo determinado (de um até três anos a contar da assinatura do contrato ocorrida em 31 de julho de 2019), estimados pela ANTT em R\$645.573. Em 31 de dezembro de 2023, a execução física dos projetos do caderno de obrigações foi de 96,41 %.

A Companhia alienou participação societária controladora da Elevações Portuárias, por conta disso, os compromissos relacionados ao seu contrato de concessão não integram mais o consolidado da Companhia.

5.17 Patrimônio líquido

a) Capital social

Política contábil:

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.14 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 12.560.952 (R\$ 12.547.842 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 1.854.868.949 (1.854.158.791 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é composto pelo seguinte:

	Ações ordinárias	
	Quantidade	%
Acionistas		
Cosan S.A.	562.529.490	30,33%
Julia Arduini	71.005.654	3,83%
Administradores	67.540	0,00%
Ações em tesouraria	5.365.279	0,29%
<i>Free float</i> (em negociação na bolsa de valores)	1.215.900.986	65,55%
Total de ações em circulação	1.854.868.949	100,00%

b) Reservas

A movimentação do exercício é composta pelas transações abaixo:

- Acréscimo de R\$ 37.827 de transações com pagamento baseado em ações (R\$ 35.852 em 31 de dezembro de 2022);
- Decréscimo de R\$ 26.128 pelas opções de ações exercidas (18.566 em 31 de dezembro de 2022);
- Constituição de reserva legal no montante de R\$ 35.983 (R\$ 25.747 em 31 de dezembro de 2022). A reserva é composta por 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, de acordo com a Lei 6.404/76;
- Constituição de reservas de especial de R\$ 512.763 (R\$ 366.895 em 31 de dezembro de 2022), destinada a reforçar o capital de giro e financiar a manutenção e expansão, conforme previsão estatutária, até o limite do capital social subscrito.

c) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 5.365.279 ações em tesouraria (1.780.457 em 31 de dezembro de 2022), cujo preço de mercado era de R\$ 22,95 (R\$ 18,61 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

d) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 170.920, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	719.666	514.940
Reserva legal	(35.983)	(25.747)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	683.683	489.193
Dividendos mínimos obrigatórios	(170.920)	(122.298)

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receita operacional líquida

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a Companhia transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como, quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As atividades da Companhia estão sujeitas à sazonalidade natural das commodities agrícolas. A exportação da safra de soja, em sua maioria, ocorre entre os meses de janeiro e agosto, enquanto o transporte da safra de milho (destinado principalmente à exportação), está concentrado entre os meses de maio e dezembro. Essas oscilações têm um impacto significativo na demanda pelo transporte dessas commodities. Por esta razão, a Companhia normalmente tem um maior volume transportado no segundo e terceiro trimestre de cada ano, e um menor volume transportado no período de entressafra, isto é, no primeiro e quarto trimestres de cada ano.

A seguir, é apresentada uma composição da receita da Companhia, com a receita bruta das vendas e serviços e as deduções das vendas (os abatimentos e os impostos), conforme exigido para empresas brasileiras pela lei nº 6.404/76, seção V, Art.187:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta na venda de serviços	1.077.661	1.048.879	11.554.447	10.449.453
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(64.215)	(64.282)	(616.731)	(607.945)
Receita operacional líquida	1.013.446	984.597	10.937.716	9.841.508

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transporte de carga e acessórios	1.013.446	984.597	10.632.023	9.182.540
Elevação de carga e transbordo	-	-	17.411	415.100
Direito de passagem	-	-	225.528	198.289
Outros	-	-	62.754	45.579
Receita operacional líquida	1.013.446	984.597	10.937.716	9.841.508

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação das despesas por natureza / finalidade é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Material de uso e consumo	(269)	(1.444)	(226.592)	(188.664)
Despesa com pessoal	(48.898)	(14.139)	(1.303.682)	(1.192.904)
Depreciação e amortização	(107.164)	(105.089)	(2.175.834)	(1.966.945)
Despesas com serviços de terceiros	(26.195)	(10.347)	(482.530)	(460.315)
Despesas com transporte e elevação	(668.437)	(680.054)	(2.755.935)	(3.074.624)
Outras despesas	(4.391)	(14.782)	(494.489)	(310.889)
	(855.354)	(825.855)	(7.439.062)	(7.194.341)
Custo dos serviços prestados	(812.124)	(803.005)	(6.838.432)	(6.695.148)
Despesas comerciais	(837)	416	(40.657)	(30.619)
Despesas gerais e administrativas	(42.393)	(23.266)	(559.973)	(468.574)
	(855.354)	(825.855)	(7.439.062)	(7.194.341)

6.3 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Efeito líquido das demandas judiciais	(17.993)	(21.387)	(158.433)	(238.703)
Receita de aluguéis e arrendamentos	2.876	21.479	2.876	479
Resultado na venda de sucatas	-	-	40.415	52.245
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	6.051	(990)	(18.729)	(1.906)
Créditos fiscais extemporâneos	(26)	(910)	33.384	97.765
Ganhos e perdas com reestruturação societárias ⁽ⁱ⁾	-	955.584	-	955.584
Liquidação de disputas do processo de renovação e revisão de outorga ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	(90.022)
Resultado no encerramento do acordo judicial ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(396.818)	-	(396.818)
Reforma de ativos alocados ao resultado ^(iv)	-	-	(29.688)	(32.924)
Outros	12.827	(7.335)	29.395	2.843
	3.735	549.623	(100.780)	348.543

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, refere-se ao ganho com a alienação de participação societária (e controle) Elevações Portuárias S.A. (vide nota 4.8.3).
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve complemento de outorga decorrente das revisões anuais dos contratos de subconcessão (vide nota 4.8.2).
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, efeito do fechamento de acordo judicial com a empresa Farovia S.A. (vide nota 4.8.4).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- (iv) Custo de reformas de ativos reconhecida diretamente no resultado por controlada com provisão de *impairment* para os ativos.

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(902.819)	(597.535)	(2.302.893)	(1.592.595)
Variação cambial líquida sobre dívidas	-	7.356	371.659	378.229
Resultado com derivativos e valor justo	161.920	(86.757)	(493.233)	(906.422)
Prêmio de liquidação antecipada e gastos de captação	(17.393)	(59.613)	(43.905)	(179.811)
Fianças e garantias sobre dívidas	(949)	(1.562)	(24.159)	(26.287)
	(759.241)	(738.111)	(2.492.531)	(2.326.886)
Rendimentos de aplicações financeiras	310.352	151.981	1.022.615	918.230
	310.352	151.981	1.022.615	918.230
Custo da dívida, líquida	(448.889)	(586.130)	(1.469.916)	(1.408.656)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	30.885	142.824	168.070	190.390
Arrendamento e concessão em litígio	-	-	(426.083)	(390.773)
Passivos de arrendamento	(7.223)	(3.895)	(355.625)	(360.080)
Despesas bancárias e outros	(4.988)	(21.633)	(39.010)	(47.826)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(20.507)	(33.100)	(318.519)	(240.280)
Variação cambial e derivativos	2.972	2.677	(3.400)	(3.370)
Outros encargos e juros	37.473	(13.897)	(110.899)	(68.440)
	38.612	72.976	(1.085.466)	(920.379)
Resultado financeiro, líquido	(410.277)	(513.154)	(2.555.382)	(2.329.035)
Reconciliação				
Despesas financeiras	(916.406)	(731.235)	(3.621.093)	(2.906.092)
Receitas financeiras	341.237	294.805	1.190.685	1.108.620
Variação cambial	2.972	10.033	368.259	374.859
Derivativos e valor justo	161.920	(86.757)	(493.233)	(906.422)
Resultado financeiro, líquido	(410.277)	(513.154)	(2.555.382)	(2.329.035)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.5 Pagamento com base em ações

Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição (que não são de mercado) serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

a) Descrição dos acordos

A Companhia possui um Plano de Remuneração Baseada em Ações, prevendo a distribuição de ações de emissão da Companhia, a executivos e administradores da Companhia e de suas sociedades controladas, através do “Plano de Ações” ou do “Plano de Opções”.

O plano de remuneração prevê a distribuição de até 3% do capital social da Companhia na data de aprovação do plano (3% do capital de 31 de dezembro de 2022), já considerando o efeito de diluição da distribuição das ações outorgadas no âmbito do plano. O plano tem como objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; (iii) incentivar a visão de empreendedor do negócio; e (iv) incentivar a execução do plano de expansão da Companhia.

Os programas (ações/opções) são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, ou, a seu critério, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes para a elaboração e estruturação de cada programa e na legislação aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Cabe ao Conselho determinar os beneficiários e o número de ações/opções a serem concedidas no Plano de Remuneração Baseado em Ações, ações que serão transferidas mediante o pagamento do preço de exercício (R\$ 0,01), uma vez cumprido o período de carência estipulado sob os termos de cada programa de outorga de ações, sendo a quantidade ajustada pelo número proporcional aos dividendos pagos no período. A metodologia *Black-Scholes* é usada para determinar o valor justo das opções entregues.

Os programas de opções concedidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 podem ser agrupados de acordo com prazos e condições em:

Programas anteriores à 2020: Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de cinco anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).

Programa especial 2021: Programa de opções, sem *lock-up*, com entregas anuais das ações durante o período de carência de cinco anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*).

Programa Investe 2021, 2022 e 2023: Programas de opções, sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de três anos, condicionada i) parte das opções à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*) e ii) parte ao atingimento de cada uma das métricas que compõem as metas de desempenho (*performance conditions*), sendo que a quantidade das opções de performance outorgadas que poderá variar entre 0% e 200% a depender do desempenho.

Programa especial 2022: Programa de opções, sem *lock-up*, com entrega integralmente condicionada ao atingimento de metas relacionadas a projetos estruturantes concluídos no exercício de 2022 (*performance conditions*).

Os seguintes parâmetros foram utilizados na valorização dos planos de pagamento baseados em ações vigentes na data do balanço:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Planos de opções	Período de carência (anos)	Data da outorga	Taxa de juros	Volatilidade	Ações outorgadas	Exercidas / canceladas	Vigentes em 31/12/2023	Preço de mercado na data de outorga - R\$	Valor justo na data de outorga - R\$
Plano de 2018	5	01/08/2018	10,93%	31,97%	1.149.544	(1.149.544)	-	13,94	13,94
Plano de 2019	5	15/08/2019	6,28%	27,46%	843.152	(267.977)	575.175	22,18	22,17
Plano de 2020	5	11/11/2020	6,94%	41,03%	776.142	(249.747)	526.395	20,02	20,01
Especial de 2021	5	05/05/2021	7,65%	26,06%	1.481.000	(977.523)	503.477	20,85	20,84
Plano de 2021	3	15/09/2021	10,01%	26,51%	1.560.393	(191.959)	1.368.434	18,20	18,19
Plano de 2022	3	01/09/2022	11,53%	27,70%	1.781.640	(53.959)	1.727.681	20,37	20,36
Especial de 2022	-	01/09/2022	11,53%	27,70%	146.909	(146.909)	-	20,37	20,36
Plano de 2023	3	06/09/2023	10,41%	25,84%	1.724.867	-	1.724.867	21,87	21,86
					9.463.647	(3.037.618)	6.426.029		

b) Reconciliação de opções de ações outorgadas em circulação

O movimento no número de opções em aberto e seus preços de exercício médios ponderados relacionados são os seguintes:

	Antiga ALL		Rumo S.A.
	Quantidade de opções	Preço médio de exercício	Quantidade de opções ⁽ⁱ⁾
Saldo em 01 de janeiro de 2022	44.492	74,99	5.431.823
Outorgadas	-	-	1.928.549
Perdidas / canceladas	-	-	(748.072)
Exercidas / entregues	(44.492)	74,99	(367.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	74,99	6.244.496
Outorgadas	-	-	1.724.867
Exercidas / entregues	-	-	(1.346.323)
Perdidas / canceladas	-	-	(197.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	6.426.029

- (i) O preço médio de exercício é de R\$ 0,01 (um centavo) para os programas concedidos pela Companhia.

c) Despesa reconhecida no resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidos R\$ 38.597 como despesas relativas à apropriação dos programas de opções (R\$ 36.448 em 31 de dezembro de 2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6.6 Lucro por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado básico e diluído do exercício atribuído aos acionistas controladores	719.666	514.940
Denominador:		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	1.852.294	1.852.890
Efeito de diluição:		
Efeito dilutivo - Remuneração baseada em ações	4.757	5.115
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	1.857.051	1.857.395
Resultado básico por ação ordinária	<u>R\$0,38853</u>	<u>R\$0,27800</u>
Resultado diluído por ação ordinária	<u>R\$0,38753</u>	<u>R\$0,27724</u>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Curitiba, 27 de março de 2024 – A RUMO S.A. (B3: RAIL3) (“Rumo”) anuncia hoje seus resultados do quarto trimestre de 2023 (4T23). Os resultados são apresentados de forma consolidada, de acordo com as regras contábeis brasileiras e internacionais (IFRS). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o 4T23 e 4T22, exceto quando indicado de outra forma.

Destaques Rumo do 4T23 e 2023

- Volume transportado de 19,6 bilhões de TKU no 4T23 e 77,3 bilhões de TKU no ano, crescimento de 9% e 3%, respectivamente.
- Competitividade do modal ferroviário impulsionando o crescimento de tarifa, com aumento de 11% no trimestre e 14% no ano, mesmo com a queda no preço do combustível em ambos os períodos.
- O EBITDA totalizou R\$ 1.207 milhões no trimestre e R\$ 5.650 milhões no ano, crescimento de 42% e 31% em bases comparáveis¹, respectivamente.
- Lucro líquido de R\$ 1 milhão no 4T23 e R\$ 722 milhões em 2023, impulsionado principalmente pela melhora operacional no período.
- A alavancagem financeira em 1,8x dívida abrangente líquida/EBITDA LTM, abaixo do patamar de 2,0x registrado ao final do ano anterior.
- O Capex totalizou R\$ 1.221 milhões no trimestre e R\$ 3.737 milhões em 2023.

4T23	4T22	Var. %	Sumário das informações financeiras (Valores em R\$ MM)	2023	2022	Var. %
19.585	17.943	9,2%	Volume transportado total (TKU milhões)	77.258	74.944	3,1%
1.195	1.211	-1,3%	Volume de solução logística (TU mil)	4.857	5.456	-11,0%
2.616	2.220	17,8%	Receita operacional líquida	10.938	9.842	11,1%
(1.806)	(1.635)	10,5%	Custo dos serviços prestados	(6.839)	(6.695)	2,2%
810	585	38,5%	Lucro bruto	4.099	3.146	30,3%
31,0%	26,4%	17,4%	Margem bruta (%)	37,5%	32,0%	17,2%
(188)	(152)	23,7%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(601)	(499)	20,4%
(9)	442	>100%	Outras receitas (despesas) operacionais	(101)	349	>100%
21	14	50,0%	Equivalência patrimonial	77	40	92,5%
634	889	-28,7%	Lucro operacional	3.474	3.036	14,4%
573	485	18,1%	Depreciação e amortização	2.176	1.967	10,6%
1.207	1.374	-12,2%	EBITDA	5.650	5.003	12,9%
46,1%	61,9%	-25,5%	Margem EBITDA (%)	51,7%	50,8%	1,8%
-	(469)	-100,0%	Ajustes não recorrentes	-	(469)	-100,0%
1.207	905	33,4%	EBITDA Ajustado²	5.650	4.534	24,6%
46,1%	40,8%	5,3 p.p.	Margem EBITDA ajustada (%)	51,7%	46,1%	5,6 p.p.
1	243	-99,6%	Lucro líquido	722	514	40,5%
0,0%	10,9%	-99,7%	Margem líquida (%)	6,6%	5,2%	26,9%
1.221	740	65,0%	Capex	3.737	2.718	37,5%

Teleconferência de Resultados

28 de março de 2024
Português* - 9h00 (horário de Brasília)
*Com tradução simultânea para inglês

Relações com Investidores

E-mail: ir@rumolog.com
Website: ri.rumolog.com

¹ A Rumo vendeu 80% da participação acionária na Elevações Portuárias S.A. (Terminais T16 e T19 em Santos) no 4º trimestre de 2022. O resultado em bases comparáveis considera ajuste gerencial no 4T22 de (R\$ 54 milhões) e 2022 de (R\$ 233 milhões) referente à exclusão do EBITDA da Elevações Portuárias e inclusão de equivalência patrimonial (20% do lucro líquido).

² Para melhor comparabilidade, o resultado foi ajustado por efeitos não-recorrentes, a saber: (i) R\$ 955 milhões | ganho de capital na alienação de 80% da EPSA; (ii) R\$ 437 milhões | eventos não-recorrentes, principalmente o encerramento da disputa arbitral com aquisição da Ferrovia; (iii) R\$ 49 milhões | ajuste gerencial para melhor comparabilidade do resultado, consolidação dos resultados da EPSA de nov/23 e dez/23.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Carta do Presidente

Durante o ano de 2023 a infraestrutura logística brasileira testou os seus limites, em um contexto de supersafra, com recorde de produção de grãos no centro-oeste do país. Nossa operação foi desafiada por eventos exógenos, como o aumento da frequência de incidentes criminosos na região da Baixada Santista e a fuga de aterro que causou a paralisação de trecho da Malha Paulista por uma semana para reconstrução de infraestrutura sob o córrego de Monjolinho no município de São Carlos. Episódios como esses demandaram uma resposta contundente da nossa Companhia, com alto grau de engajamento com as autoridades públicas, reforçando a resiliência e capacidade de coordenação do nosso time.

Registramos recorde no volume transportado, alcançando a marca de 77 bilhões de TKU, crescimento de 3%. Crescemos sem renunciar a segurança, valor inegociável para a Rumo. Em 2023, reduzimos em 27% a nossa taxa de acidentes ferroviários, posicionando a Rumo abaixo da média das ferrovias *Class I* americanas e canadenses, uma referência em segurança.

Com forte demanda por transporte nos nossos principais mercados, a competitividade estrutural do modal ferroviário foi impulsionada no ano, que resultou em expansão de margens. O EBITDA da Rumo em 2023 foi de R\$ 5.650 milhões, crescimento de 31% em bases comparáveis. O lucro líquido cresceu 41%, totalizando R\$ 722 milhões.

Nossa tese de investimento, que tem o Brasil exercendo papel protagonista para garantir a segurança alimentar global, segue reforçada. Investimos R\$ 3.737 milhões no ano, com os seguintes destaques na nossa agenda estratégica: (i) aceleramos a construção da Extensão da Rumo no Mato Grosso, nos aproximando do coração da produção agrícola no Estado, com avanço nas frentes de licenciamento, fundiária, e mobilização de um trecho de infraestrutura ferroviária de 35km; (ii) concluímos a construção da Malha Central, fortalecendo a expansão geográfica do nosso negócio; (iii) na Malha Paulista, obtivemos parecer favorável do TCU sobre a proposta de atualização do Caderno de Obrigações, para atender a obrigação funcional desse caderno de maneira mais eficiente e econômica; (iv) no Porto de Santos, tivemos a transição operacional da Portofer para a FIPS, consolidando um novo capítulo com investimentos para aumento de eficiência, produtividade e capacidade na ferrovia de acesso aos principais terminais portuários.

Seguimos comprometidos na manutenção de uma estrutura de capital equilibrada, fechando o ano com alavancagem financeira em 1,8x, abaixo do patamar de 2,0x registrado ao final do ano anterior. Contamos com uma posição de liquidez consistente com o ciclo de investimentos que iniciamos, custo de dívida competitivo e acesso à diferentes fontes de dívida e financiamento. Nosso endividamento é essencialmente atrelado ao CDI e, portanto, nos beneficiaremos do cenário de queda na taxa de juros.

Avançamos também no fortalecimento da nossa cultura organizacional, com um time reforçado e mais diversos. Destaco aqui o avanço para 26% de mulheres ocupando cargos de liderança, jornada que está apenas começando.

Nossas práticas de gestão foram reconhecidas pelo mercado de capitais, com as ações da Rumo selecionadas para integrar as carteiras do Dow Jones Sustainability™ World Index e Dow Jones Sustainability™ Emerging Markets, como primeira e única empresa brasileira do setor de logística a compor esse seletor grupo. Em complemento, nossas ações foram selecionadas para integrar a carteira do ISE, Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, pelo terceiro ano consecutivo.

Temos desafios importantes para os próximos anos, com o foco na execução dos nossos projetos de expansão de capacidade e levar os benefícios do modal ferroviário para volumes cada vez maiores, ofertando uma solução logística segura, eficiente, competitiva e de baixo carbono que será um vetor de desenvolvimento para o agronegócio brasileiro.

Agradecemos a todos nossos colaboradores, investidores, clientes, fornecedores e parceiros por todo trabalho, dedicação e suporte na construção dessa jornada. Em 2024, sob liderança do Pedro Palma, a Rumo inicia um novo capítulo de sua história, com foco em execução e com olhar atento para as comunidades no nosso entorno, criando valor de maneira compartilhada.

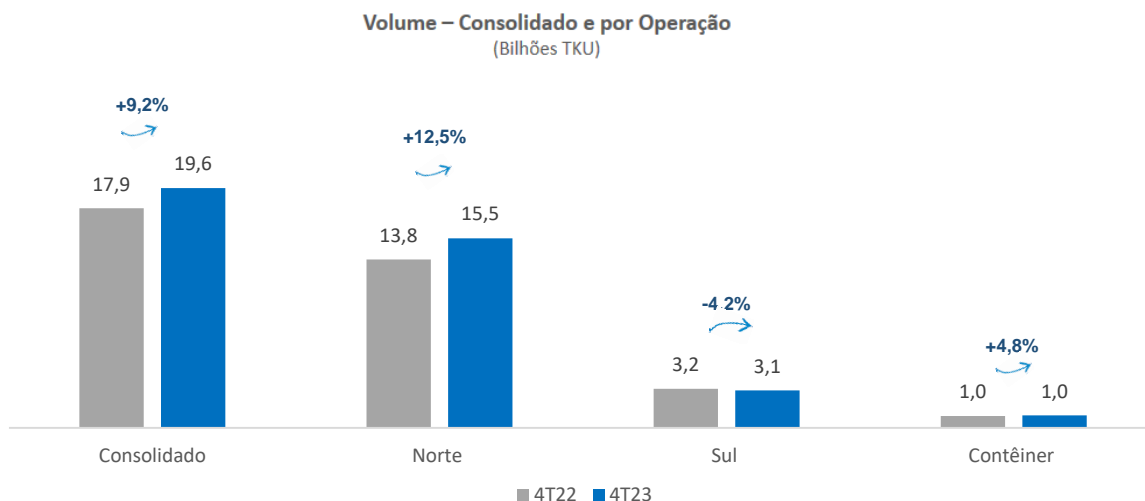
Beto Abreu

Presidente

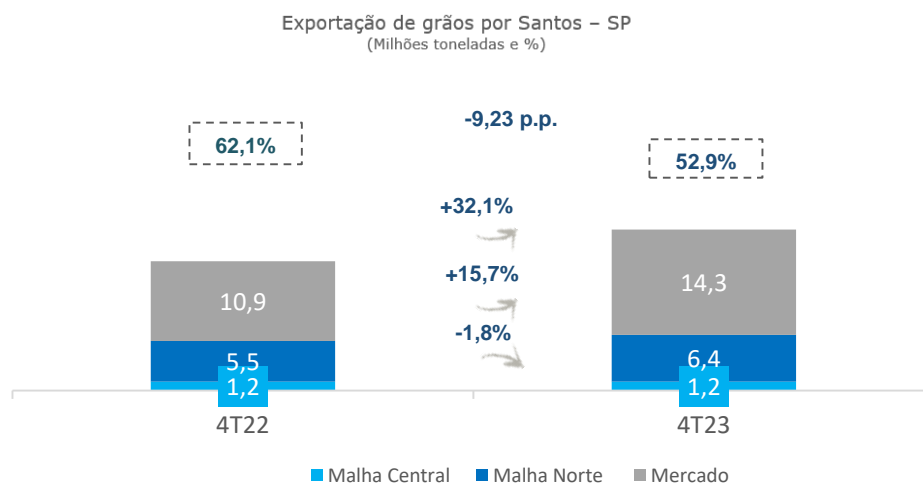
Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. Sumário Executivo do 4T23

No 4T23, o volume transportado pela Rumo foi de 19,6 bilhões de TKU, 9% acima do 4T22. No ano, a Rumo transportou um volume recorde de 77,3 bilhões de TKU. O resultado reflete o momento construtivo para prestadores de serviços logísticos, com forte demanda para o transporte de *commodities* agrícolas. O desempenho também reforça a melhora sequencial ao longo do ano das condições de segurança e tráfego na região da Baixada Santista (SP). O crescimento do trimestre foi impulsionado principalmente pela carteira de grãos, que apresentou crescimento de 12%, além do crescimento de 22% de açúcar nos volumes transportados. No ano, o negócio de grãos apresentou crescimento de 4%, com destaque também para o aumento de 13% do volume de açúcar e 7% no transporte de fertilizantes.



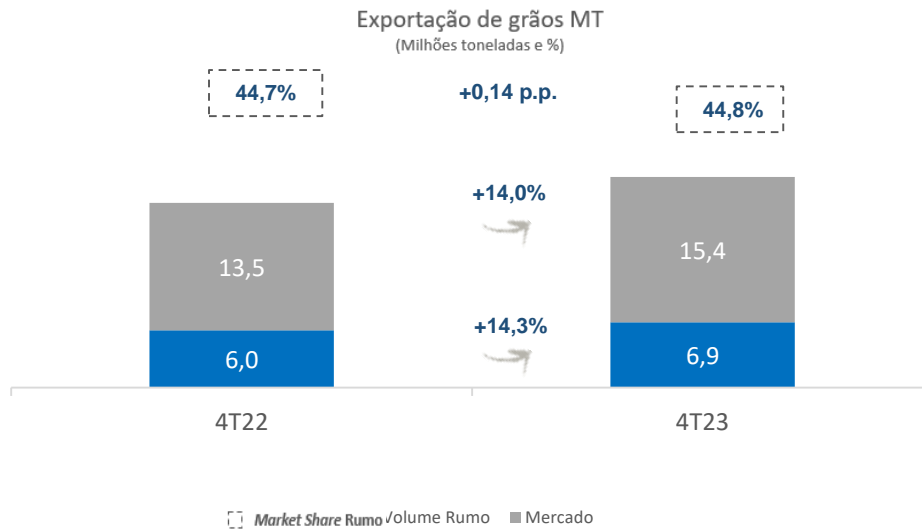
O volume de grãos transportado pela Rumo com destino ao porto de Santos cresceu 16% enquanto o mercado cresceu 32%. Portanto, o *market share* Rumo na exportação de grãos pelo Porto de Santos foi de 53% no 4T23. A queda no *market share* uma demanda por transporte de grãos bastante aquecida, que direcionou a demanda excedente para terminais rodoviários e outras ferrovias com capacidade ociosa disponível.



Fonte: Orion e Sistema Rumo.

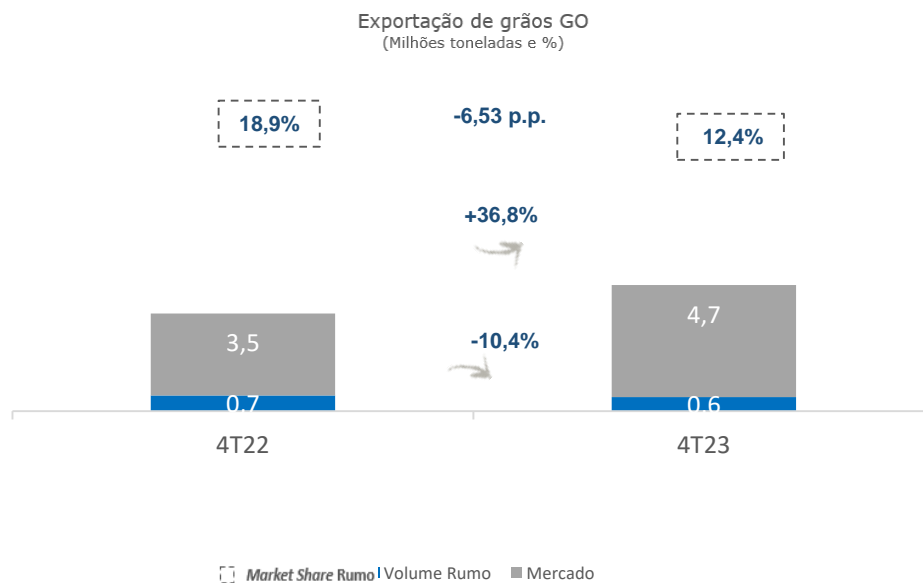
O volume de grãos do MT transportados pela Rumo cresceu 14% em comparação ao 4T22, em linha com o crescimento na exportação de grãos provenientes do estado. Portanto, o *market share* no MT ficou estável no patamar de 45%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)



Fonte: Orion, Comex Stat e Sistema Rumo.

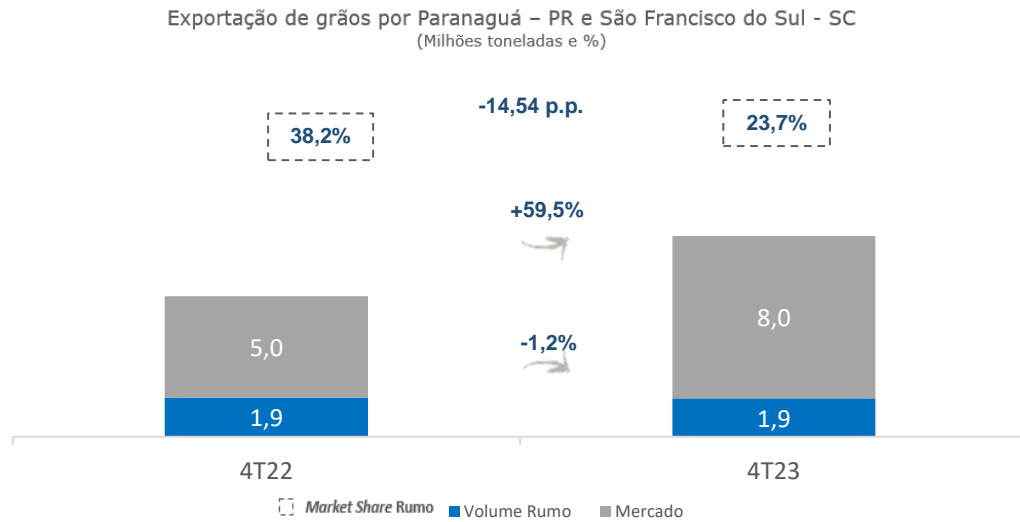
A exportação de grãos de GO pela Rumo caiu 10% comparada ao mesmo período do ano anterior. No contexto de forte crescimento na demanda por transporte, em que a capacidade do sistema ferroviário não é suficiente para fazer frente à essa demanda, o Terminal de Rio Verde se apresentou como uma solução competitiva para o escoamento de cargas do leste do MT, impulsionando o atendimento da região também pela Malha Central. Como resultado, o *market share* da Rumo no GO foi de 12% no trimestre.



Fonte: Orion, Comex Stat e Sistema Rumo.

A Operação Sul teve redução de *market share* de grãos nos portos de Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC). Enquanto o mercado teve expressivo crescimento em relação à quebra de safra de soja em 2022, a Rumo teve uma alocação diferente de cargas na Malha Sul em relação ao mesmo período do ano anterior, com priorização de rotas e cargas mais rentáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)



Fonte: Orion e Sistema Rumo.

A receita líquida no 4T23 foi de R\$ 2.616 milhões e totalizou R\$ 10.938 em 2023, crescimento de 18% e 11%, respectivamente. O resultado foi impulsionado principalmente pelo crescimento das tarifas no período, reflexo da competitividade estrutural do modal ferroviário, bem como pelo crescimento de volume transportado.

O **EBITDA** foi de R\$ 1.207 milhões no 4T23 e R\$ 5.650 em 2023, com margem EBITDA de 46% e 52%, respectivamente. Em bases comparáveis, em função da venda dos terminais T16 e T19 realizada no 4T22, o crescimento foi de 42% no trimestre e 31% no ano. O **custo variável cresceu 2%**, abaixo do crescimento do volume transportado por conta da queda de 6% no preço do combustível. Os **custos fixos e despesas gerais e administrativas** cresceram 17% no trimestre, com impacto de aproximadamente R\$ 35 milhões por gastos de remediação dos incidentes de segurança pública, recolha e destinação de resíduos de produtos e limpeza de lastro, além de maiores gastos com manutenção e outras despesas de natureza fixa.

O lucro líquido no trimestre foi de R\$ 1 milhão e no ano totalizou 722 milhões, alta de 41% na comparação anual. Vale ressaltar que no 4T22, o lucro líquido foi beneficiado em razão de eventos extraordinários e não recorrentes, com destaque para o ganho de capital na alienação da EPISA. A Companhia terminou o ano com alavancagem em 1,8x dívida líquida/EBITDA, em comparação ao patamar de 2,0x apurado no final do ano anterior, com uma dívida abrangente líquida de R\$ 10,2 bilhões.

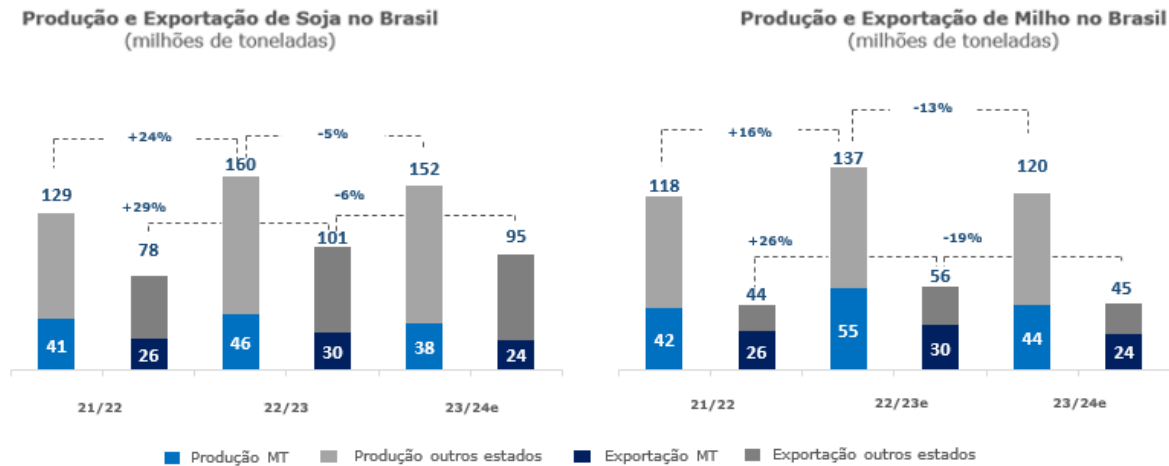
As estimativas para a safra de **soja** 23/24 apontam para uma redução de produção de cerca 4% em relação à safra 22/23, totalizando cerca 152 milhões de toneladas. Podemos observar uma redistribuição produtiva nacional, com o Centro Oeste reduzindo volumes e o Sul retornando à normalidade.

No Mato Grosso, a produção de soja foi negativamente impactada devido à questões climáticas, que reduziram a produtividade agrícola desta cultura. A produção da safra 23/24 é estimada em 38 milhões de toneladas, 8 milhões de toneladas abaixo da safra anterior. A exportação no estado é estimada em 24 milhões de toneladas, queda de 5 milhões de toneladas em comparação ao ano anterior.

A estimativas preliminares para a produção de **milho** 23/24 sugerem o patamar de 120 milhões de toneladas produzidas, queda de 18 milhões de toneladas. As exportações podem atingir o patamar de 45 milhões de toneladas, cerca de 12 milhões de toneladas abaixo do ano anterior.

A safra de milho 23/24 no Mato Grosso é estimada em 44 milhões de toneladas, aproximadamente 11 milhões de toneladas abaixo do ano anterior. A exportação estimada para o estado é de 24 milhões de toneladas, que representa uma retração de 8 milhões de toneladas, abaixo da queda de produção principalmente pelo rebalanceamento de estoques acumulados ao final da safra passada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)



Fonte: IM Rumo /AG Rural / Veeries / Orion / Comex Stat/ IMEA | Nota: (e) – estimativa

A Rumo reafirma seu compromisso com a sustentabilidade e conquista notáveis reconhecimentos em diversas frentes nos aspectos **ambientais, sociais e de governança (ESG)**. A Companhia é a primeira e única empresa do setor de logística do Brasil a integrar as carteiras World e Emerging Markets do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), sendo também membro da carteira do ISE pelo terceiro ano consecutivo. Além disso, a Rumo contribui para o desenvolvimento sustentável, recebendo prêmios da ANTT nas categorias "Desenvolvimento Sustentável" e "Inovação".

Gestão de segurança é uma prioridade e valor inegociável para a organização, tendo como destaque em 2023 a redução de 27% da taxa de acidentes ferroviários, posicionando a Companhia como referência global, abaixo da média de ferrovias *Class I* americanas e canadenses.

Na região da Baixada Santista, a Rumo está finalizando um diagnóstico de comunidades prioritárias para estabelecer novos planos de atuação, fortalecendo o relacionamento de longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

2. Indicadores Operacionais e Financeiros Consolidados

4T23	4T22	Var. %	Sumário das Informações Financeiras (Valores em RS MM)	2023	2022	Var. %
19.585	17.943	9,2%	Volume transportado total (TKU milhões)	77.258	74.944	3,1%
16.246	14.644	10,9%	Produtos agrícolas	64.365	61.702	4,3%
512	176	>100%	Soja	21.311	20.432	4,3%
2.597	2.250	15,4%	Farelo de soja	10.496	10.020	4,8%
10.119	9.388	7,8%	Milho	22.202	21.665	2,5%
1.391	1.399	-0,6%	Açúcar	4.720	4.188	12,7%
1.522	1.250	21,8%	Fertilizantes	5.282	4.933	7,1%
105	181	-42,0%	Outros grãos	354	463	-23,5%
2.312	2.320	-0,3%	Produtos industriais	9.071	9.492	-4,4%
1.534	1.425	7,6%	Combustível	5.866	5.850	0,0%
778	895	-13,1%	Industriais	3.205	3.642	-12,0%
1.027	980	4,8%	Contêiner	3.822	3.751	1,9%
2.616	2.220	17,8%	Receita operacional líquida	10.938	9.842	11,1%
2.379	1.966	21,0%	Transporte	10.040	8.566	17,2%
-	44	-100,0%	Elevação	-	354	-100,0%
183	155	18,1%	Solução Logística ¹	661	662	-0,2%
54	54	0,0%	Outras receitas ²	237	260	-8,8%
1.207	1.374	-12,2%	EBITDA	5.650	5.003	12,9%
46,1%	61,9%	-15,8 p.p.	Margem EBITDA (%)	51,7%	50,8%	0,9 p.p.
-	(469)	-100,0%	Ajustes não recorrentes	-	(469)	-100,0%
1.207	905	33,4%	EBITDA ajustado	5.650	4.534	24,6%
46,1%	40,8%	5,4 p.p.	Margem EBITDA ajustada (%)	51,7%	46,1%	5,6 p.p.

Nota 1: Receita do transporte de açúcar utilizando outras ferrovias ou o modal rodoviário.

Nota 2: Inclui a receita pelo direito de passagem de outras ferrovias, e receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (*take or pay*), dentre outros.

4T23	4T22	Var. %	Tarifa por Operação Operação Norte	2023	2022	Var. %
114,6	102,5	11,8%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	124,2	109,0	13,9%
79,1%	76,7%	2,4 p.p.	% Volume	78,5%	78,6%	-0,1 p.p.
Operação Sul						
144,4	132,7	8,8%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	153,9	137,8	11,7%
15,6%	17,8%	-2,2 p.p.	% Volume	16,6%	16,4%	0,2 p.p.
Contêiner						
156,8	133,7	17,3%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	140,5	120,2	16,9%
5,2%	5,5%	-0,2 p.p.	% Volume	4,9%	5,0%	-0,1 p.p.
Consolidado						
121,5	109,6	10,8%	Tarifa (R\$/TKUx1000)	130,0	114,3	13,7%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3. Resultados por Unidades de Negócio

Unidades de Negócio

As unidades de negócio (segmentos reportáveis) estão assim organizadas:

- **Operação Norte** Malha Norte, Malha Paulista, Malha Central
- **Operação Sul** Malha Oeste e Malha Sul
- **Operação de Contêineres** Operações de Contêineres, incluindo a Brado Logística

Resultado por Unidade de Negócio 4T23	Operação Norte	Operação Sul	Operação Contêiner	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	15.497	3.061	1.027	19.585
Receita operacional líquida	1.997	451	168	2.616
Custo dos serviços prestados	(1.239)	(419)	(148)	(1.806)
Lucro bruto	758	32	20	810
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>38,0%</i>	<i>7,1%</i>	<i>11,9%</i>	<i>31,0%</i>
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(146)	(28)	(14)	(188)
Outras receitas (despesas) op. e eq. patrimoniais	51	(44)	5	12
Depreciação e amortização	395	151	27	573
EBITDA	1.058	111	38	1.207
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>53,0%</i>	<i>24,6%</i>	<i>22,6%</i>	<i>46,1%</i>

Resultado por Unidade de Negócio 2023	Operação Norte	Operação Sul	Operação Contêiner	Consolidado
Volume transportado (TKU milhões)	60.647	12.789	3.822	77.258
Receita operacional líquida	8.346	2.033	559	10.938
Custo dos serviços prestados	(4.706)	(1.644)	(489)	(6.839)
Lucro bruto	3.640	389	70	4.099
<i>Margem bruta (%)</i>	<i>43,6%</i>	<i>19,1%</i>	<i>12,5%</i>	<i>37,5%</i>
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(460)	(88)	(53)	(601)
Outras receitas (despesas) op. e eq. patrimoniais	74	(104)	6	(24)
Depreciação e amortização	1.487	588	101	2.176
EBITDA	4.741	785	124	5.650
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>56,8%</i>	<i>38,6%</i>	<i>22,2%</i>	<i>51,7%</i>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Operação Norte

4T23	4T22	Var. %	Dados operacionais	2023	2022	Var. %
15.497	13.770	12,5%	Volume transportado total (TKU milhões)	60.647	58.876	3,0%
13.718	12.208	12,4%	Produtos agrícolas – Malhas Norte, Paulista e Central	54.196	52.529	3,2%
10	12	-16,7%	Soja	17.351	17.839	-2,7%
2.409	2.099	14,8%	Farelo de soja	9.705	9.296	4,4%
9.298	8.299	12,0%	Milho	20.186	19.132	5,5%
544	610	-10,8%	Açúcar	1.917	1.732	10,7%
1.457	1.189	22,5%	Fertilizantes	5.037	4.531	11,2%
1.779	1.561	14,0%	Produtos industriais – Malhas Norte e Paulista	6.451	6.347	1,6%
1.209	964	25,4%	Combustível	4.320	3.973	8,7%
570	598	-4,7%	Industriais	2.131	2.374	-10,2%
114,6	102,5	11,8%	Tarifa média transporte	124,2	109,0	13,9%
-	1.307	-100%	Volume elevado total (TU mil)	-	10.794	-100%
-	33,7	-100%	Tarifa média elevação (R\$/TU)	-	32,8	-100%

O volume total transportado na Operação Norte alcançou 15,5 bilhões de TKU no 4T23 e 60,6 bilhões de TKU em 2023, crescimento de 13% e 3% respectivamente. O resultado se deve principalmente ao maior volume de farelo de soja e milho, que cresceram, no trimestre, 15% e 12% respectivamente, e à melhora das condições de circulação na região da Baixada Santista ao longo do ano, que reduziram a eficiência da circulação de trens com destino ao Porto de Santos no primeiro trimestre. Também contribuíram para o resultado o crescimento dos volumes de fertilizantes e combustível, em 23% e 25% respectivamente.

4T23	4T22	Var. %	Dados financeiros (Valores em R\$ MM)	2023	2022	Var. %
1.997	1.647	21,3%	Receita operacional líquida	8.346	7.635	9,3%
1.776	1.411	25,9%	Transporte	7.535	6.418	17,4%
183	155	18,1%	Solução logística	661	662	-0,2%
-	44	-100,0%	Elevação portuária ³	-	354	-100,0%
38	36	5,6%	Outras receitas ⁴	150	201	-25,4%
(1.239)	(1.102)	12,4%	Custo dos serviços prestados	(4.706)	(4.615)	2,0%
(509)	(494)	3,0%	Custo variável	(2.059)	(2.325)	-11,4%
(336)	(286)	17,5%	Custo fixo	(1.166)	(973)	19,8%
(394)	(322)	22,4%	Depreciação e amortização	(1.481)	(1.317)	12,5%
758	545	39,1%	Lucro bruto	3.640	3.020	20,5%
38,0%	33,1%	14,8%	Margem bruta (%)	43,6%	39,6%	9,0%
(146)	(117)	24,8%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(460)	(375)	22,7%
51	493	-89,7%	Outras receitas (despesas) op. e eq. Patrimoniais	74	481	-84,6%
395	325	21,5%	Depreciação e amortização	1.487	1.327	12,1%
1.058	1.245	-15,0%	EBITDA	4.741	4.453	6,5%
53,0%	75,6%	-29,9%	Margem EBITDA (%)	56,8%	58,3%	-2,6%
-	(490)	-100,0%	Ajustes não recorrentes	-	(490)	-100,0%
1.058	755	40,1%	EBITDA Ajustado	4.741	3.963	19,6%
53,0%	45,8%	15,7%	Margem EBITDA ajustada (%)	56,8%	51,9%	9,5%

Nota 3: A Rumo vendeu 80% da participação acionária da Elevações Portuárias S.A. (Terminais T16 e T19 em Santos) no 4º trimestre de 2022. O resultado em bases comparáveis considera ajuste gerencial no 4T22 (R\$ 54 milhões) referente à exclusão do EBITDA da Elevações Portuárias e inclusão de equivalência patrimonial (20% do lucro líquido do período.)

Nota 4: Inclui a receita pelo direito de passagem de outras ferrovias, receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (take or pay) e volume referente a transbordo.

O EBITDA foi de R\$ 1.058 milhões no trimestre, com margem de 53%. Em bases comparáveis, em função da venda dos terminais T16 e T19 realizada no 4T22, o crescimento foi de 51%. O resultado reflete a consolidação do momento favorável ao mercado de logística observado desde o segundo semestre de 2022, que resultou no aumento da competitividade da ferrovia como modal logístico para o transporte de produtos agrícolas do Centro-Oeste do país e contribuiu para o crescimento de 12% da tarifa no trimestre. O custo variável aumentou 3%, resultado do crescimento do volume transportado e parcialmente compensado pela redução no custo do combustível. O custo fixo e as despesas gerais e administrativas foram afetados em aproximadamente R\$ 35 milhões por gastos de remediação dos incidentes de segurança pública, recolha e destinação de resíduos de produtos e limpeza de lastro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Operação Sul

4T23	4T22	Var. %	Dados operacionais	2023	2022	Var. %
3.061	3.194	-4,2%	Volume transportado total (TKU milhões)	12.789	12.317	3,8%
2.527	2.436	3,7%	Produtos agrícolas	10.169	9.173	10,9%
502	162	>100%	Soja	3.960	2.592	52,8%
188	152	23,7%	Farelo de soja	791	724	9,3%
820	1.091	-24,8%	Milho	2.016	2.535	-20,5%
847	789	7,4%	Açúcar	2.803	2.457	14,1%
65	61	6,6%	Fertilizantes	245	402	-39,1%
105	181	-42,0%	Outros grãos/	354	463	-23,5%
534	758	-29,6%	Produtos industriais	2.620	3.144	-16,7%
325	461	-29,5%	Combustível	1.546	1.877	-17,6%
209	297	-29,6%	Industriais	1.074	1.268	-15,3%
144,4	132,7	8,8%	<i>Tarifa média transporte</i>	153,9	137,8	11,7%

A Operação Sul transportou 3,1 bilhões de TKU no 4T23, queda de 4% e 12,8 bilhões de TKU em 2023. A queda foi resultado principalmente do menor volume transportado de milho e produtos industriais, parcialmente compensado pelo crescimento no transporte de soja, em razão de questões mercadológicas de disponibilidade de produtos e foco em rotas com maior atratividade econômica.

4T23	4T22	Var. %	Dados financeiros (Valores em R\$ MM)	2023	2022	Var. %
451	438	3,0%	Receita operacional líquida	2.033	1.739	16,9%
442	424	4,2%	Transporte	1.968	1.697	16,0%
9	14	-35,7%	Outras receitas ⁵	65	43	51,2%
(419)	(419)	0,0%	Custo dos serviços prestados	(1.644)	(1.644)	0,0%
(112)	(127)	-11,8%	Custo variável	(452)	(538)	-16,0%
(156)	(152)	2,6%	Custo fixo	(605)	(546)	10,8%
(151)	(140)	7,9%	Depreciação e amortização	(587)	(561)	4,6%
32	20	60,0%	Lucro bruto	389	95	>100%
7,1%	4,6%	54,3%	<i>Margem bruta (%)</i>	19,1%	5,5%	>100%
(28)	(24)	16,7%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(88)	(80)	10,0%
(44)	(45)	-2,2%	Outras receitas (despesas) op. e eq. Patrimoniais	(104)	(103)	1,0%
151	140	7,9%	Depreciação e amortização	588	561	4,8%
111	91	22,0%	EBITDA	785	474	65,6%
24,6%	20,8%	18,3%	<i>Margem EBITDA (%)</i>	38,6%	27,3%	41,4%
-	21	-100,0%	Ajustes não recorrentes	-	21	-100,0%
111	112	-0,9%	EBITDA Ajustado	785	495	58,6%
24,6%	25,6%	-3,9%	<i>Margem EBITDA ajustada (%)</i>	38,6%	28,5%	35,4%

Nota 5: Inclui a receita por volumes contratados e não realizados conforme acordos comerciais (*take or pay*).

O EBITDA totalizou R\$ 111 milhões no trimestre, em linha com o EBITDA Ajustado do 4T22, e com margem EBITDA de 25%. A maior competitividade do modal ferroviário e o foco em corredores economicamente mais atrativos impulsionaram a tarifa do período, que apresentou crescimento de 9%, a despeito da redução do custo de combustível. O **custo variável** apresentou redução de 12%, por uma combinação menores preços de combustível com menores volumes transportados. O **custo fixo e as despesas gerais e administrativas** cresceram 5%, em função do reajuste de inflação e custos com manutenção de via permanente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Operação de Contêineres

4T23	4T22	Var.%	Dados operacionais	2023	2022	Var.%
28.016	26.780	4,6%	Volume total em contêineres	109.256	106.125	3,0%
156,8	133,7	17,2%	Tarifa média intermodal (R\$/TKU*1000)	140,5	120,2	16,8%
1.027	980	4,8%	Volume total (milhões de TKU)	3.822	3.751	1,9%

O volume da Operação de Contêineres cresceu 5%, alcançando 1.027 milhões de TKU no trimestre. O resultado foi reflexo do crescimento de papel e celulose, sendo impactado pela maturidade do projeto do terminal de Ortigueira e a consolidação do projeto de minério. Também se destaca o aumento de *market share* que é reflexo de maiores volumes comercializados de algodão.

4T23	4T22	Var.%	Dados financeiros (Valores em R\$ MM)	2023	2022	Var.%
168	135	24,4%	Receita operacional líquida	559	467	19,7%
161	131	22,9%	Transporte	537	451	19,1%
7	4	75,0%	Outras receitas ⁶	22	16	37,5%
(148)	(114)	29,8%	Custo dos serviços prestados	(489)	(436)	12,2%
(76)	(65)	16,9%	Custo variável	(275)	(248)	10,9%
(45)	(29)	55,2%	Custo fixo	(113)	(110)	2,7%
(27)	(20)	35,0%	Depreciação e amortização	(101)	(78)	29,5%
20	21	-4,8%	Lucro bruto	70	31	>100%
11,9%	15,5%	-23,2%	Margem bruta (%)	12,5%	6,7%	86,6%
(14)	(11)	27,3%	Despesas comerciais, gerais e administrativas	(53)	(45)	17,8%
5	8	-37,5%	Outras receitas (despesas) op. e eq. patrimoniais	6	11	-45,5%
27	20	35,0%	Depreciação e amortização	101	78	29,5%
38	38	0,0%	EBITDA	124	76	63,2%
22,6%	28,3%	-5,7 p.p	Margem EBITDA (%)	22,2%	16,3%	5,9 p.p

Nota 6: Inclui receita das unidades de serviço.

A Operação de Contêineres apresentou EBITDA de R\$ 38 milhões no 4T23, com margem EBITDA de 23%. O resultado reflete o crescimento das movimentações de cargas com maior valor agregado, como o algodão e o minério. O custo variável aumentou 17%, principalmente em função das operações de mercado externo, minério e algodão, onde existe maior exposição ao frete ferroviário. O custo fixo e as despesas comerciais, gerais e administrativas aumentaram em 48% no trimestre, consequência de um *phasing* de gastos, com o resultado anual apresentando 7% de alta.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

4. Demais Linhas do Resultado

Composição dos Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas

4T23	4T22	Var. %	Custos Consolidados (Valores em R\$ MM)	2023	2022	Var. %
(1.994)	(1.786)	11,6%	Custos consolidados e Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(7.440)	(7.194)	3,4%
(697)	(686)	1,6%	Custos variáveis	(2.786)	(3.111)	-10,4%
(524)	(555)	-5,6%	Custo variável de transporte ferroviário	(2.269)	(2.522)	-10,0%
(425)	(451)	-5,8%	Combustível e lubrificantes	(1.664)	(2.025)	-17,8%
(98)	(104)	-5,8%	Outros custos variáveis ⁷	(605)	(498)	21,5%
(174)	(109)	59,6%	Custo variável Solução Logística ⁸	(517)	(529)	-2,3%
-	(21)	100,0%	Custo variável de Elevação	-	(60)	100,0%
(723)	(616)	17,4%	Custos fixos e Despesas Comerciais, Gerais Administrativas	(2.477)	(2.117)	17,0%
(265)	(251)	5,6%	Custos com pessoal	(978)	(952)	2,7%
(273)	(215)	27,0%	Outros custos de operação ⁹	(906)	(677)	33,8%
(186)	(149)	24,8%	Despesas Comerciais, Gerais e Administrativas	(593)	(488)	21,6%
(573)	(485)	18,1%	Depreciação e Amortização	(2.176)	(1.967)	10,6%

Nota 7: Custos com aluguel de material rodante, energia elétrica, ponta rodoviária na Operação de Contêineres, custo logístico próprio e *take or pay*.

Nota 8: Incluem custos de frete com terceiros, por meio de contratações de fretes rodoviários e ferroviários com outras concessionárias.

Nota 9: Outros custos de operação incluem manutenção, serviços com terceiros, segurança e *facilities*, além de outros custos fixos.

No 4T23, o **custo variável** cresceu 2%, com a queda de 6% no preço do combustível compensando os maiores volumes transportados no período.

Os **custos fixos e despesas gerais e administrativas** foram impactos em cerca de R\$ 35 milhões por gastos de remediação dos incidentes de segurança pública, recolha e destinação de resíduos de produtos e limpeza de lastro. Além disso, maiores gastos com manutenções de via permanente e a escolha da Companhia em reforçar estruturas e processos, visando sustentar sua estratégia de crescimento de capacidade, ganho de eficiência e gerenciamento de riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Resultado Financeiro

4T23	4T22	Var.%	Resultado Financeiro (Valores em R\$ MM)	2023	2022	Var.%
(617)	(638)	-3,3%	Custo da dívida bancária abrangente bruta¹⁰	(2.493)	(2.327)	7,1%
(4)	(4)	0,0%	Encargos sobre arrendamento mercantil	(18)	(15)	20,0%
272	264	3,0%	Rendimentos de aplicações financeiras	1.023	918	11,4%
(349)	(377)	-7,4% (=)	Custo da dívida abrangente líquida	(1.488)	(1.424)	4,5%
(101)	(110)	-8,2%	Varição monetária sobre os passivos de concessão	(426)	(391)	9,0%
(92)	(78)	17,9%	Passivos de arrendamento ¹¹	(338)	(345)	-2,0%
(59)	(66)	-10,6%	Juros sobre contingências e contratos comerciais	(319)	(240)	32,9%
7	7	0,0%	Demais receitas financeiras	16	71	-77,5%
(594)	(625)	-5,0% (=)	Resultado financeiro	(2.555)	(2.329)	9,7%

Nota 10: Inclui juros, variação monetária, resultado líquido de derivativos e outros encargos da dívida.

Nota 11: Considera efeitos conforme IFRS 16.

O **resultado financeiro** líquido teve um aumento de R\$ 31 milhões quando comparado ao 4T22 devido, principalmente, ao menor custo da dívida líquida e à variação monetária sobre passivos de concessão, em função da queda da taxa SELIC (de 13,75% para 11,75% a.a.) e consequentemente no CDI, parcialmente compensado por adições de passivos de arrendamento. O portfólio de dívidas da Companhia é predominantemente atrelado ao CDI, seja contratualmente ou via instrumentos derivativos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

4T23	4T22	Var.%	Imposto de renda e contribuição social (Valores em R\$ MM)	2023	2022	Var.%
40	264	-84,8%	Lucro antes do IR/CS	919	707	30,0%
34,0%	34,0%		<i>Alíquota teórica de IR/CS</i>	34,0%	34,0%	
(14)	(90)	-84,4%	Despesa teórica com IR/CS	(313)	(240)	30,4%
Ajustes para cálculo da taxa efetiva						
(124)	16	>100%	Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ¹²	(246)	(212)	16,0%
97	45	>100%	Incentivo fiscal advindo da Malha Norte ¹³	280	197	42,1%
7	5	48,9%	Equivalência patrimonial	26	14	85,7%
(5)	2	>100%	Outros efeitos	56	48	16,7%
(39)	(21)	85,7%	Despesa com IR/CS	(197)	(193)	2,1%
96,7%	8,0%	88,8 p.p.	<i>Alíquota efetiva (%)</i>	21,4%	27,3%	-5,9 p.p.
(31)	(139)	-77,8%	IR/CS corrente	(174)	(411)	-57,7%
(8)	118	>100%	IR/CS diferido	(23)	218	>100%

Nota 12: Em função de falta de perspectiva de apuração de lucro tributável futuro em determinadas companhias, não foi constituído IR/CS diferido sobre o prejuízo fiscal gerado.

Nota 13: A Malha Norte possui benefício SUDAM que dá direito à redução de 75% do IRPJ (alíquota de 25%) até 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

5. Empréstimos e Financiamentos

O endividamento abrangente bruto ao final do 4T23, foi de R\$ 18,9 bilhões, refletindo o fluxo de vencimentos da dívida e desembolso de financiamentos contratados em períodos anteriores. O endividamento líquido aumentou para R\$ 10,2 bilhões, devido à redução de 13% do caixa, parcialmente compensado pela queda de 3% no endividamento abrangente bruto. A alavancagem financeira, medida pela relação Dívida Líquida / EBITDA comparável, se manteve em 1,8x.

A dívida da Rumo possui custo médio ponderado de aproximadamente 104% CDI, com *duration* de 5 anos.

Endividamento total da dívida bruta (Valores em RS MM)	4T23	3T23	Var.%
Bancos comerciais	1.491	1.617	-7,8%
NCE	222	393	-43,5%
BNDES	2.339	2.481	-5,7%
Debêntures	10.668	10.494	1,7%
Senior notes 2028 e 2032	4.245	4.092	3,7%
Endividamento bancário	18.965	19.076	-0,6%
Arrendamento financeiro ¹⁴	71	84	-15,0%
Instrumentos derivativos líquidos	(90)	291	>100%
Endividamento abrangente bruto	18.946	19.451	-2,6%
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(8.630)	(9.908)	-12,9%
Caixa restrito vinculado a dívidas bancárias	(109)	(106)	2,8%
Endividamento abrangente líquido	10.207	9.437	8,2%
EBITDA LTM comparável ¹⁵	5.650	5.294	6,7%
Alavancagem (dívida abrangente líquida/EBITDA LTM ajustado)	1,8x	1,8x	0,0x

Nota 14: Não inclui arrendamentos operacionais IFRS 16.

Nota 15: O EBITDA LTM refere-se à soma dos últimos doze meses do EBITDA. O resultado em bases comparáveis considera ajuste gerencial referente à exclusão do EBITDA da Elevações Portuárias e inclusão de equivalência patrimonial (20% do lucro líquido) nos trimestres de 2022.

Abaixo, segue composição dos itens que tiveram impacto na movimentação da dívida consolidada da Rumo:

Movimentação da dívida bruta (Valores em RS MM)	4T23
Saldo inicial da dívida abrangente líquida	9.437
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(10.014)
Saldo inicial da dívida abrangente bruta	19.451
Itens com impacto caixa	(1.122)
Captação de novas dívidas	167
Amortização de principal	(589)
Amortização de juros	(390)
Variação em instrumentos derivativos líquidos	(310)
Itens sem impacto caixa	617
Provisão de juros (<i>accrua</i>)	257
Variação monetária, ajuste de MtM da dívida e outros	431
Instrumentos derivativos líquidos	(71)
Saldo final da dívida abrangente bruta	18.946
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	(8.630)
Caixa restrito vinculado a dívidas bancárias	(109)
Saldo final da dívida abrangente líquida	10.207

A Rumo está sujeita a determinadas cláusulas contratuais restritivas referentes ao nível de alavancagem em alguns dos seus contratos. As disposições mais restritivas possuem verificação anual ao fim do exercício e referem-se ao endividamento abrangente líquido. Este inclui as dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como leasing financeiro, deduzidos de títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito de aplicações financeiras vinculado a empréstimos e instrumentos financeiros derivativos. Os *covenants* são: alavancagem máxima de 3,5x (dívida líquida abrangente/EBITDA LTM) e índice de cobertura de juros mínimo de 2,0x EBITDA/Resultado financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6. Capex

4T23	4T22	Var.%	Investimento (Valores em R\$ MM)	2023	2022	Var.%
1.221	740	65,0%	Investimento total ¹⁶	3.737	2.718	37,5%
423	336	25,9%	Recorrente	1.433	1.165	23,0%
541	404	33,9%	Expansão ¹⁷	1.912	1.553	23,1%
257	-	>100%	Expansão da Rumo no MT	393	-	>100%

Nota 16: Valores em regime de caixa.

Nota 17: No acumulado 2023, inclui aumento de capital investido em coligada.

O **Investimento Total** foi de R\$ 1.221 milhões no trimestre e R\$ 3.737 no ano, crescimento de 65% e 38% respectivamente, em linha com o *guidance* e com o planejado para o período. O **Capex recorrente** foi de R\$ 423 milhões, 26% acima do 4T22, e em linha com o planejamento da Companhia para o ano. O **Capex de expansão**, desconsiderado a Expansão da Rumo no MT, alcançou R\$ 541 milhões, alta de 34%, com priorização de obras do caderno de obrigações da malha Paulista e aumento de capacidade.

Os investimentos realizados no projeto Extensão da Rumo no MT, que está em sua primeira fase, alcançaram R\$ 257 milhões no trimestre, totalizando R\$ 393 milhões no ano. O projeto segue avançando na fase de execução das obras de terraplanagem e serviços de drenagem dos primeiros 35 km, além do andamento de OAEs – obras de arte especiais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

7. Fluxo de Caixa

Abaixo demonstramos o fluxo de caixa consolidado da Rumo. Os títulos e valores mobiliários foram considerados como caixa nesta demonstração.

4T23	4T22	Var.%	Fluxo de caixa gerencial (Valores em R\$ MM)	2023	2022	Var.%
1.207	1.374	-12,2%	EBITDA	5.650	5.003	12,9%
(309)	(694)	-55,5%	Variações <i>working capital</i> e efeitos não caixa	(938)	(943)	-0,5%
271	265	2,3%	Resultado financeiro operacional	1.003	895	12,1%
1.169	945	23,7% (=)	Fluxo de caixa operacional (FCO)	5.715	4.955	15,3%
(1.221)	(740)	65,0%	Capex	(3.737)	(2.718)	37,5%
(423)	(336)	25,9%	Recorrente	(1.433)	(1.165)	23,0%
(541)	(404)	33,9%	Expansão	(1.912)	(1.553)	23,1%
(257)	-	>100%	Expansão da Rumo no MT (1ª fase - Campo Verde)	(393)	-	>100%
-	-	>100%	Venda de ativos	-	1	-100,0%
-	1.395	-100,0%	Caixa líquido na alienação de investimento	-	1.395	-100,0%
-	(19)	-100,0%	Caixa movimentado para ativos mantidos para venda	-	(361)	-100,0%
99	-	>100%	Redução de Capital em investidas	99	-	>100%
32	149	-78,5%	Dividendos recebidos	44	153	-71,2%
(1.090)	784	>100% (=)	Fluxo de caixa de investimento (FCI)	(3.595)	(1.530)	>100%
167	454	-63,2%	Captação de dívida	2.771	693	>100%
(669)	(743)	-10,0%	Amortização de principal	(1.721)	(4.460)	-61,4%
-	-	>100%	Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	-	(94)	-100,0%
(440)	(381)	15,5%	Amortização de juros	(1.381)	(1.385)	-0,3%
-	(1)	-100,0%	Dividendos pagos	(125)	(39)	>100%
-	(10)	-100,0%	Integralização de capital	(12)	(9)	33,3%
(103)	-	>100%	Programa de recompra de ações	(103)	(25)	>100%
(310)	(253)	22,5%	Instrumentos financeiros derivativos	(1.124)	(664)	69,2%
(3)	(22)	-86,4%	Caixa restrito	(20)	(66)	-69,7%
(1.357)	(955)	42,1% (=)	Fluxo de caixa de financiamento (FCF)	(1.715)	(6.050)	-71,7%
-	-	>100%	Impacto da variação cambial nos saldos de caixa	-	(24)	-100,0%
(1.278)	773	>100% (=)	Caixa líquido gerado (consumido)	405	(2.649)	>100%
9.908	7.452	33,0% (+)	Caixa total (inclui caixa + TVM) inicial	8.225	10.874	-24,4%
8.630	8.225	4,9% (=)	Caixa total (inclui caixa + TVM) final	8.630	8.225	4,9%
Métricas						
746	609	22,5% (=)	Geração de caixa após o capex rec. (a+b)	4.282	3.790	13,0%
79	1.729	-95,4% (=)	Geração de caixa após o FCI (a+c)	2.120	3.425	-38,1%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

8. Indicadores de Desempenho Operacional e Financeiro

Segue abaixo o comportamento histórico dos principais indicadores operacionais e financeiros.

Indicadores de Desempenho Operacional e Financeiro	4T23	4T22	Var.%	2023	2022	Var.%
Consolidado						
<i>Operating ratio</i>	74%	80%	-7,5%	67%	73%	-8,2%
Consumo de diesel (litros/ '000 TKB)	3,46	3,39	2,1%	3,45	3,37	2,4%
Acidentes ferroviários (MM AC/ trem x milha) ¹⁸	5,10	3,65	39,7%	2,49	3,42	-27,2%
Acidentes pessoais (Acidentes/ MM HHT) ¹⁹	0,32	0,34	-5,9%	0,32	0,34	-5,9%
Transit time Operação Norte²⁰						
Rondonópolis (MT) a Santos (SP) (horas)	90,2	101,9	-11,5%	93,2	91,4	2,0%
Giro de Vagões²¹						
Giro em Santos (SP) (horas)	16,5	18,4	-10,3%	16,9	17,7	-4,5%

Nota 18: Resultado em padrão internacional, adotando os critérios da FRA (*Federal Railroad Administration*), o que permite comparativo internacional entre ferrovias. A taxa de acidentes ferroviários reflete o número de descarrilamentos que resultaram em danos superiores a US\$11.500, dividido pelo total de milhas percorridas durante o período.

Nota 19: Considera a soma dos valores médios acumulados nos últimos 12 meses dos indicadores de acidentes com afastamento (CAF) e sem afastamento (SAF). A partir do 1T22, o indicador considera a Malha Central nos três trimestres comparados.

Nota 20: Considera o tempo de trânsito entre Rondonópolis (MT) e Santos (SP).

Nota 21: Compreende o período entre a entrada e saída do Porto de Santos (SP).

Operating Ratio: O indicador que representa a parcela de custos e despesas como percentual da receita líquida apresentou melhora. Houve crescimento de 18% da receita líquida no 4T23, enquanto os custos incluindo depreciação cresceram 8%.

Consumo de diesel: O indicador ficou estável no trimestre, em função da condução dos trens visando redução do *transit time* e aumento de produtividade para atender os maiores volumes e interferências residuais de vandalismo na eficiência energética.

Acidentes ferroviários: O indicador, que segue os critérios da FRA (*Federal Railroad Administration*) para determinar a taxa de acidentes ferroviários com descarrilamentos e danos superiores a US\$11.500, em função da distância percorrida, teve aumento de 40% no trimestre, porém com uma redução de 27% no ano, como consequência do foco em segurança e disciplina de execução nas áreas de operação e manutenção da Companhia.

Acidentes pessoais: A taxa que aponta a quantidade de acidentes com afastamento (CAF) foi de 0,16 e a taxa para os acidentes sem afastamento (SAF), também foi de 0,16. A taxa com a soma dos indicadores apresentou redução de 6% em relação ao ano anterior. A Companhia segue focada em manter a taxa de acidentes com afastamento (CAF) abaixo da tolerância média de 0,15 até 2025, conforme compromisso assumido em 2020.

Transit time na Operação Norte e giro de vagões em Santos (SP): Neste trimestre, o tempo de trânsito entre Rondonópolis (MT) e Santos (SP) teve redução de 12%, e o giro de vagões em Santos (SP) apresentou queda de 10% no tempo médio. Esta evolução dos indicadores, mesmo com o maior volume performado, é consequência dos investimentos e das melhorias de gestão operacional implementadas.

9. Projeções e Premissas

9.1 Realizado 2023

No quadro abaixo, apresentamos o resultado apurado do exercício social de 2023 em comparação ao *guidance* para o mesmo ano

	Realizado 2023	Guidance 2023
Volume (TKU bilhões)	77,3	76 ≤ Δ ≤ 78
EBITDA (R\$ milhões)	5.650	5.400 ≤ Δ ≤ 5.700
Capex (R\$ milhões)	3.737	3.600 ≤ Δ ≤ 3.800

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

9.2 Guidance 2024

A Rumo apresenta aos seus acionistas e ao mercado em geral as projeções financeiras e operacionais referentes ao ano de 2024, conforme abaixo

	Guidance 2024
Volume (TKU bilhões)	$81 \leq \Delta \leq 84$
EBITDA (R\$ milhões)	$7.200 \leq \Delta \leq 7.700$
Capex (R\$ milhões)	$5.300 \leq \Delta \leq 5.800$

Principais premissas consideradas:

- i. Premissas macroeconômicas baseadas em dados de reconhecidas consultorias terceirizadas.
- ii. EBITDA exclui efeitos de eventos não recorrentes, conforme destacado no Release de Resultados.
- iii. Capex inclui investimentos para a construção da 1ª Fase da Extensão da Rumo no MT.
- iv. Não considera potenciais projetos de M&A, desinvestimentos ou novas concessões.
- v. Valores projetados são apresentados em termos nominais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

RESULTADOS DO ANO DE 2023

O Conselho Fiscal da RUMO S.A., por unanimidade, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado (i) as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, considerando os trabalhos realizados ao longo do exercício, bem como o relatório da Administração da Companhia, o relatório do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e o relatório dos Auditores Independentes, o qual não contém ressalvas; e (ii) a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, que será realizada conforme art. 38 do Estatuto Social da Companhia; opina que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

São Paulo, 27 de março de 2024.

Luis Claudio Rapparini Soares

Presidente

Carla Alessandra Trematore

Reginaldo Ferreira Alexandre

Marcelo Curti

Guido Barbosa de Oliveira

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - 2023

Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Rumo S.A é um órgão estatutário de funcionamento permanente, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa.

Os membros do Comitê serão eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, podendo ter o mandato renovado, a critério do Conselho de Administração, por, no máximo, 10 (dez) anos, devendo ser igualmente observados os limites e requisitos de independência previstos no Regimento Interno do Comitê e regulamentação aplicável. Todos os membros são independentes, sendo que 1 (um) deles, a saber, a Sra. Maria Carolina Ferreira Lacerda, atua como conselheira de administração e o Sr. Felício Mascarenhas atua como especialista financeiro.

De acordo com Regimento Interno cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Rumo S.A., pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC - e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários – CVM. Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) enviados para a Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 27 de março de 2024 contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de Auditoria Interna são realizados por equipe interna. O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna que na sua execução é acompanhado e orientado pelo gerente da área de Auditoria e Riscos e desenvolve sua atuação de forma ampla, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Atividades do Comitê de Auditoria em 2023:

O Comitê reuniu-se 10 (dez) vezes no período de fevereiro de 2023 a março de 2024.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

- a) aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna, inclusive quanto a integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e Compliance;
- b) tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração;
- c) monitoramento do sistema de controles internos quanto a sua efetividade e processos de melhoria, do monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com a área de Controles Internos, Compliance e Ouvidoria;
- d) acompanhamento da metodologia adotada para gestão de riscos e dos resultados obtidos, de acordo com o trabalho apresentado e desenvolvido pela área especializada e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir a evidenciação dos riscos relevantes para Empresa;
- e) análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;
- f) das demonstrações financeiras por meio de reuniões com os administradores e com os auditores independentes para discussão das informações trimestrais (ITRs) e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023;
- g) acompanhamento do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, estabelecimentos, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da área de Auditoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;
- h) realização de reuniões com os principais executivos da Empresa, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações;
- i) avalia e monitora, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com as partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações
- j) acompanhamento dos programas de Compliance Jurídico e do processo de gestão de riscos.
- k) acompanhamento de Investigação Independente e de sua conclusão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Conclusão:

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Rumo S/A, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Tomando em conta as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., considerando que este reflete adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, e recomendam, por unanimidade, a aprovação nos termos do artigo 10, Parágrafo único, III da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 27 de março de 2024.

Maria Carolina Ferreira Lacerda

Coordenadora do Comitê de Auditoria

Felício Mascarenhas

Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A

João Ricardo Ducatti

Membro do Comitê de Auditoria da Rumo S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

PARECER DE RECOMENDAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Os membros do Comitê de Auditoria da Rumo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e considerando as informações e esclarecimentos prestados pela administração da Companhia e pela BDO RCS Auditores Independentes S/S Ltda., opinam, por unanimidade e sem ressalvas, que os referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e recomendam a aprovação, nos termos do artigo 10, Parágrafo único, III da Resolução CVM 81, de 29 de março de 2022, pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 27 de março de 2024.

Maria Carolina Ferreira Lacerda

Coordenadora do Comitê de Auditoria

Felício Mascarenhas

Membro do Comitê de Auditoria

João Ricardo Ducatti

Membro do Comitê de Auditoria

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no relatório do auditor independente emitido em 27 de março de 2024 pela BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/O-1